



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
CURSO BILÍNGUE DE PEDAGOGIA

**REFLEXÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE
ALUNOS SURDOCEGOS NO ENSINO SUPERIOR**

MATHEUS AUGUSTO OLIVEIRA MEDEIROS

**RIO DE JANEIRO
2021**

MATHEUS AUGUSTO OLIVEIRA MEDEIROS

**REFLEXÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE
ALUNOS SURDOCEGOS NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada ao Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora: Prof. Dr^a. Osilene Maria de Sá e Silva Cruz.

RIO DE JANEIRO

2021

M488r Medeiros, Matheus Augusto Oliveira.

Reflexões sobre acesso e permanência de alunos surdocegos no ensino superior / Matheus Augusto Oliveira Medeiros. — 2021.

70f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia)—Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de
Janeiro, 2021.

Matheus Augusto Oliveira Medeiros

**REFLEXÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE
ALUNOS SURDOCEGOS NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada ao Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientador: Prof. Dr^a Osilene Maria de Sá e Silva Cruz.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Dra. Rosana Maria do Prado Luz Meireles
Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

Me. Roseni Maciel Couto
Prefeitura Municipal de Belford Roxo

Me. Verônica de Andrade Mattoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Aprovado: ___/___/___

Dedico este trabalho a todos os estudantes que estão em formação e peço que não desistam por qualquer empecilho, sejam fortes e almejem os seus sonhos! Dedico também aos surdocegos, na esperança de que este estudo possa refletir em mudanças nos espaços públicos que frequentam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as oportunidades que me concedeu, por nunca me deixar só, toda Honra, Glória e Louvor sejam dadas ao Senhor.

Venho também agradecer a minha família, minha mãe Heliana, por sua incansável fé em mim e sustento nos dias de estudo e por todas as marmitas feitas; ao meu pai José, por todo o apoio financeiro e direcionamento, que me ensinou os caminhos a seguir no Rio de Janeiro. Faço menção ao meu irmão Marcos, por ser meu “mané” favorito.

Externo meu agradecimento à Igreja Metodista Wesleyana, na figura do Pastor Paulo César Azevedo, que em toda a minha jornada acadêmica criou projetos com intuito de acessibilizar a Igreja Wesleyana do Alto da Serra e auxiliar com custos gerais em relação aos meus estudos. Agradeço também ao Pastor Luiz Carlos Leite por toda a ajuda dispensada nesse período.

Quero agradecer a comunidade surda de Petrópolis, que me acolheu “bebê”, aos 11 anos, e me apresentou este maravilhoso mundo que mudou a minha vida e me fez a pessoa que sou hoje. Grato aos meus amigos, gerentes do INSS, por me mostrarem uma parte da vida do cotidiano adulto. Grato a todos meus alunos e parceiros de Libras por acreditarem em mim!

Aos meus amigos que conheci no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES e hoje tenho como melhores amigos, obrigado por todos os momentos; sou grato a Tamires Lopes, Francilene Braga, Michele Maciel, Priscila Queres, Mônica Santos, Nádia Sales, Laura Alcantara, Renan Cabral, Bemiry Vaz, Lídia Santos, cujos nomes são citados por serem os mais próximos a mim.

Aos meus colegas com quem convivi no INES, obrigado também pela convivência e por partilhar momentos ímpares. Agradeço a amizade dos Intérpretes de Libras do INES e em especial aos da faculdade; obrigado à Secretaria por todos os “quebra-galhos”, à Direção na gestão do Professor Rodrigo Rosso, pode não ser a direção perfeita, mas preza por todo zelo e dedicação. Meus sinceros parabéns a toda a equipe do DESU.

Dedico este parágrafo aos meus professores, que sempre foram atenciosos aos meus pedidos e muito amorosos comigo; A TODOS! Mas em especial deixo um enorme carinho e eterna gratidão a maravilhosa Professora Osilene Cruz, pois, não somente orientadora, foi

mãe, amiga, cuidadora, conselheira e uma professora com P maiúsculo. Obrigado, “Osilinda”, pela paciência e por me abraçar nos momentos que mais precisei e por nunca se cansar de mim, por me mostrar como pode ser gostoso ler relatórios e mais relatórios e ver como é belo o cenário educativo. Professora, se eu tivesse que falar somente uma frase, simplesmente seria: Amo você!

Esse trabalho foi feito em um momento incomum, em meio a uma pandemia que levou entes queridos e muito me abalou, pois os planos feitos foram parados, mas Deus sempre me mostrou que nunca perdeu o controle e tinha um plano com tudo isso. Assim, em meio uma crise existencial, depressão, ansiedade e sem mais ânimo de viver, o Senhor colocou pessoas iluminadas em meu caminho; assim pude ser tratado e estar mais próximo de Deus e meus amigos queridos. Meus amores: Lívea Rosa e Kayque Molter minha família do coração que bate fora do peito: Atos Souto, Alice Oliveira, Stephanie Anastacia, Brandy Bello, Murilo Goulart, Milene Goulart, Jennifer Pereira, Jossane Neves, Gabriella Oliveira e aos meus amigos do Liceu: Stephanie Januário, Lucas Conceição, Juliana Marques, Poliana Marques, Geraldo Macedo e a turma que me acompanhou desde 2010, finalizando com 3003.

Dedico um parágrafo com uso exclusivo para minha parceira, minha paixão, minha melhor amiga Náthali Thomaz, por me ajudar a sair da zona de conforto e por muito me ensinar, sempre com muito amor e comida. Tolerante com meus cochilos da tarde e sendo a minha revisora de textos e referências; amo muito você e farei de tudo por seu sorriso largo.

Obrigado à banca examinadora!

Meu amigo leitor, obrigado por dedicar um tempo para leitura de meu Trabalho de Conclusão de Curso. Saiba que não foi fácil em momento algum, mas, Graças a Deus, tive todo o apoio necessário para a sua finalização.

“Tudo o que amamos profundamente converte-se em parte de nós mesmos.”

Helen Keller

RESUMO

A surdocegueira não é a junção de duas deficiências, surdez e cegueira: ela é considerada uma deficiência única devido às características, mesmo que ocorra a perda sensorial em momentos diferentes. Por ser pouco estudada, demanda muitas pesquisas, sobretudo no que se refere às características, origens e condições de acessibilidade, que, muitas vezes, causam desafios e percalços aos estudantes, não exclusivamente devido à limitação cognitiva, mas à falta de estudos, estratégias, empenho e oferta de políticas que levem o aluno surdocego ao êxito em suas atividades escolares, profissionais e sociais. Ainda que haja leis que amparam a acessibilidade para esses sujeitos nos contextos citados, como a Lei de Libras (BRASIL, 2002), o Decreto de Libras (BRASIL, 2005), a Lei do Intérprete de Libras (BRASIL, 2010), a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (BRASIL, 2015), a complementação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2021), entre outras, ainda são necessárias muitas conquistas que atendam, de fato, suas necessidades de ensino-aprendizagem. No Ensino Superior, foco deste trabalho, graduandos e pós-graduandos enfrentam desafios, desde a aprovação no processo seletivo até o término de suas formações, por isso, esta pesquisa busca provocar, refletir e analisar o contexto de entrada e permanência dos indivíduos surdocegos no Ensino Superior (graduação e pós-graduação), por meio de um estudo bibliográfico e pesquisa de campo (CADERNASCIMENTO e DA COSTA, 2007; GALASSO e ESDRAS, 2017, FALKOSKI e MAIA, 2020, entre outros) e documental (BRASIL, 2002; 2005; 2010; 2021, entre outros documentos jurídicos), trazendo em pauta suas expectativas e os desafios pelos quais passaram durante os cursos, pensando em aspectos como acessibilidade atitudinal, de conteúdo e arquitetônica. Além da pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2002), foi realizada uma pesquisa por meio de um questionário eletrônico junto a indivíduos surdocegos, que revelou as diversas barreiras enfrentadas no Ensino Superior, incluindo instituições públicas e privadas, o que comprova a necessidade de melhorar condições de ensino-aprendizagem para o bom atendimento de todos.

Palavras-chave: Surdocego, Surdocegueira, Acessibilidade, Ensino Superior.

ABSTRACT

Deafblindness is not the association of two disabilities, deafness and blindness, it is considered a unique characteristic due to its characteristics, even if sensory loss occurs at different times. Despite still being little studied, it demands a lot of research, especially with regard to the characteristics, origins and conditions of accessibility, which often cause challenges and difficulties for students, not exclusively due to cognitive limitations, but to the lack of studies, strategies, commitment as well as offer of policies that lead deafblind students to success in their school, professional and social activities. Although there are laws that limit the accessibility of these subjects in the aforementioned contexts, such as the Libras Law (BRASIL, 2002), the Libras Decree (BRASIL, 2005), the Libras Interpreter Law (BRASIL, 2010), the Brazilian Law of Inclusion – LBI (BRASIL, 2015), complementing the Law of Guidelines and Bases for National Education (BRASIL, 2021), among others, still require many achievements that meet, in fact, their teaching-learning needs. In Higher Education, which is the focus of this work, undergraduate and graduate students face challenges, since the moment they pass the selection process until the end of their training. Therefore, this research seeks to provoke, reflect and analyze the context of entrance and permanence of deafblind individuals in the Higher Education (undergraduate and graduate), through a bibliographic study (CADER-NASCIMENTO and DA COSTA, 2007; GALASSO and ESDRAS, 2017, FALKOSKI and MAIA, 2020, among others) and documentary study (BRASIL, 2002; 2005; 2010; 2021, among other legal documents), bringing into the agenda their expectations and the challenges they faced during the courses, thinking about aspects such as attitudinal, content and architectural accessibility. In addition to the bibliographical and documentary research (GIL, 2002), a survey was carried out through an electronic questionnaire with deafblind individuals, which revealed the various barriers faced in Higher Education, including public and private institutions, which proves the need to improve teaching-learning conditions for the good service of all.

Keywords: Deafblind, Deafblind, Accessibility, Higher Education

LISTA DE SIGLAS

ABRASC – Associação Brasileira de Surdocegos

CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

DIPEBS – Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos

ES – Ensino Superior

HK – Helen Keller

IBC – Instituto Benjamin Constant

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

L1 – Primeira Língua

L2 – Segunda Língua

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

Libras – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

PNEE – Plano Nacional de Educação Especial

ONU – Organização das Nações Unidas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Surdocegueira como deficiência única	18
Figura 2 – Aceite da Pesquisa.....	37
Figura 3 – Identificação do indivíduo.....	38
Figura 4 – Aceite de divulgação de resultados.....	38
Figura 5 – Finalização da Questionário.....	41
Figura 6 – Capa do Livro usado em Pesquisa.....	43

GRÁFICOS

Gráfico 1– Participação do questionário	46
Gráfico 2 – Filtro para identificação	47
Gráfico 3 – Autorização do uso de dados para análise.....	48
Gráfico 4 – Total de matrículas de graduação, conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – Brasil.....	48
Gráfico 5 – Identificação do Gênero	49
Gráfico 6 – Classificação da Surdocegueira	50
Gráfico 7 – Causas da Surdocegueira	51
Gráfico 8 – Formas de Comunicação	52
Gráfico 9 – Escolaridade	53
Gráfico 10 – Facilidades no Ensino Superior	55
Gráfico 11 – Dificuldades no Ensino Superior	56
Gráfico 12 – Locomoção do surdocego	58
Gráfico 13 – Relação surdocego, família e sociedade	59

QUADROS

Quadro 1 – Causas e Fatores da Surdocegueira	17
Quadro 2 – Acesso e garantia: aspectos legais	45
Quadro 3 – Curso Escolhido.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1.1 SURDOCEGUEIRA: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E FORMAS DE COMUNICAÇÃO	16
1.2 O SURDOCEGO NA COMUNIDADE: FAMÍLIA, INSERÇÃO NA SOCIEDADE E EXPERIÊNCIA	20
1.3 BASES LEGAIS: DIREITOS E GARANTIAS	23
II – APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA	32
2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	32
III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	33
3.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	34
3.3 APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	36
IV – ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
4.1 REALIZAÇÃO PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDOCEGAS.....	43
4.2 APRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS LEGAIS QUE AMPARAM A ESCOLARIZAÇÃO DO SURDOCEGO NO BRASIL.....	45
4.3 ANÁLISE DO DISCURSO DE ESTUDANTES SURDOCEGOS: ACESSO E PERMANÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

O meu primeiro contato com uma pessoa surdocega foi no Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, em 2017, o que me levou a questionar como ocorre o processo de ensino-aprendizagem do sujeito surdocego, pois esse encontro, inesperado, me tirou da zona de conforto. Devido a essa inquietação e à minha curiosidade, pensei na importância de aprender sobre esse universo, me aperfeiçoar e ser um agente para contribuir com a formação dessa pessoa, independente do seu contexto social, escolar ou profissional.

As minhas interações com surdos e surdocegos do INES eram realizadas em português escrito, Libras e Libras tátil, dependendo de sua necessidade, o que não demandava da minha parte conhecimentos teóricos para a comunicação. Após essa inquietação, por ter mais contato com surdocegos, passei a frequentar palestras e locais onde eram promovidos eventos sobre educação, como o próprio INES e o Instituto Benjamim Constant – IBC.

Nesse processo, a formação como Tradutor e Intérprete de Libras foi fundamental, inclusive, passei a atuar também como guia-intérprete nesses eventos, pois, como são poucos profissionais capacitados para essa função, eu era convidado sempre que havia demanda com surdocegos, tendo em vista ser conhecido na comunidade surda como Intérprete.

Vale ressaltar a importância da formação acadêmica para o desenvolvimento profissional de qualquer indivíduo e, em se tratando da questão da surdocegueira, cujo campo de estudos e pesquisas é incipiente, cresceu em mim o desejo e a necessidade de aprender e aprimorar conhecimentos sobre o processo de aprendizagem linguística (português escrito) da pessoa surdocega.

Estudos de Cader-Nascimento e Da Costa (2007) revelam que a surdocegueira e a surdez têm diferentes níveis e formas de comunicação. Para surdos congênitos, a Libras é a mais conhecida forma de comunicação e para indivíduos surdocegos a forma mais conhecida é a Libras Tátil. A surdocegueira pode ocorrer de maneira congênita ou adquirida ao longo da vida, causada por algumas doenças genéticas, como, por exemplo, a Síndrome de Usher que pode deixar a pessoa surda ou cega em graus diferentes ou totalmente.

A surdocegueira não é a junção de duas deficiências, surdez e cegueira. Ela é considerada uma deficiência única devido às suas características próprias, mesmo que ocorra a perda sensorial em momentos diferentes. Cader-Nascimento e Da Costa (2007) destacam que a surdocegueira é o comprometimento, em diferentes graus, dos sentidos receptores à distância, audição e visão. Para classificar uma pessoa como surdocega, é necessário que ela não tenha visão suficiente para compensar a perda auditiva ou não tenha audição suficiente para compensar a perda visual (MCINNES, 1999).

Para a realização desta pesquisa, foi realizado um levantamento inicial para verificar a existência de estudos sobre acesso de surdocegos no Ensino Superior e sua permanência nesse segmento revelou a escassez de produções nessa temática, o que provocou neste pesquisador mais interesse pelo assunto, pois a acessibilidade garantida em documentos legais deveria ser uma política de fato existente e praticada, dando-lhes mais garantias e condições de estudos e formação acadêmica.

Na história, há relatos de surdocegos que ingressaram no Ensino Superior, sendo um dos casos mais conhecidos o de Helen Keller (HK), conhecida por mostrar sua capacidade, por ser uma pessoa com surdocegueira que desenvolveu atividades como qualquer pessoa com seus sentidos plenos. Ela se tornou surdocega ainda bebê por conta de uma alta febre. Teve uma infância difícil, até ter contato com Anne Sullivan sua professora, que tinha baixa visão e começou a ensinar HK por sinais táteis e representações em objetos. HK se mostrou capaz e é uma referência quando se trata de surdocegueira e avanços acadêmicos, tendo estudado no Radcliff College (Instituição de Ensino Superior - Cambridge, Massachusetts – EUA) e foi a primeira surdocega a ingressar no Ensino Superior tendo se formado em 1904, sendo também a primeira surdocega a conquistar o Grau de Bacharel (CADER-NASCIMENTO; DA COSTA, 2007).

Há registros de outros casos de sucesso na literatura, como de Eugenio Malossi, que se tornou surdocego após ter meningite, tendo sido educado na Itália. Outro exemplo refere à ucraniana Olga Ivanova, que ficou surdocega e com paralisia aos quatro anos de idade por conta de meningite. Ela teve o apoio do Professor Ivan Sokolyanski e conquistou o título de doutora em Psicologia e Ciências Pedagógicas (CADER-NASCIMENTO; DA COSTA, 2007).

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo (GIL, 2002), com o objetivo de identificar acesso e permanência do aluno surdocego no

Ensino Superior, em cursos presenciais. Para isso, foi realizada uma busca em sites das instituições de Ensino Superior do Brasil e no portal do MEC/INEP. O período da pesquisa envolve os anos entre 2015 e 2020 e esse recorte temporal se justifica pelo fato de se encontrar mais dados para pesquisas, pois muitos estudos na área da surdocegueira ainda estão em fase de desenvolvimento e por encontrar no livro “Panorama da Educação de Surdos no Brasil: Ensino Superior” (ESDRAS, GALLASO, 2017) informações até o ano de 2015.

Como as pesquisas sobre a surdocegueira estão ainda a pequenos passos de desenvolvimento, o seu material para estudo nacional se encontra incipiente e difícil de pesquisar. Dessa forma, tomamos como base para esta monografia o livro “Panorama de Educação de Surdos no Brasil” (GALASSO, e ESDRAS, 2017), por oferecer informações sobre acesso e permanência de alunos surdocegos nos diversos contextos escolares e acadêmicos. Os autores exploram dados estatísticos sobre educação de surdos, surdocegos e deficientes auditivos no Brasil.

Tendo em vista que a acessibilidade é um direito, não é encontrado em ambientes de extrema circulação de público, essa pesquisa tem como objetivo refletir sobre o acesso e a permanência de graduandos surdocegos no Ensino Superior, visando contemplar, de fato, a necessidade e o direito dessa comunidade ao contexto acadêmico, independentemente do curso ou da área escolhida para formação.

Foi considerado pertinente que se justificasse o uso de epígrafes de Helen Keller em todos os capítulos desta monografia. Ao conhecer a trajetória de vida da autora citada, ela tornou-se uma grande inspiração, levando-me a assumir papel de apoiador de suas ideias e convicções, e, portanto, um amante de seus livros. Sua determinação é exemplar e me incentiva a lutar por meus objetivos com garra e força de vontade. Foi realizada uma pesquisa, em sites e livros, a fim de encontrar as referências e datas exatas das frases citadas, porém, nenhum dado concreto foi encontrado, apesar de se constatar que todas as frases são de autoria da própria Helen Keller.

Visando organizar o raciocínio do leitor, esta monografia está estruturada em capítulos, além da Introdução, Considerações Finais e Referências; a presente pesquisa está disposta em quatro (04) capítulos, onde foi possível refletirmos sobre as questões de relacionadas aos desafios enfrentados por alunos surdoscegos no Ensino Superior, com foco principal em seu acesso e permanência.

No primeiro capítulo, são apresentados o conceito e características da surdocegueira, bem como as formas de comunicação que podem ser escolhidas pelo indivíduo surdocego. É abordada a relação entre surdocego e a comunidade e as suas experiências. Também são ressaltados os direitos legais e garantias da pessoa surdocega no Brasil. O segundo capítulo apresenta os objetivos desta pesquisa. O capítulo de número três expõe os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento deste trabalho, evidenciando os autores e obras mais citados e o questionário elaborado pelo próprio autor. O quarto e último capítulo analisa os dados obtidos no desenvolvimento da pesquisa e a discussão dos resultados.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“A experiência humana não seria tão rica e gratificante se não existissem obstáculos a superar. O cume ensolarado de uma montanha não seria tão maravilhoso se não existissem vales sombrios a atravessar.”

Helen Keller (1929)

O presente capítulo irá abordar conceitos sobre a surdocegueira, seus diferentes graus e a individualidade da pessoa surdocega. Apresentará também formas de comunicação e experiências de alguns surdocegos e alguns documentos jurídicos que dão respaldo para seus direitos na sociedade.

1.1 Surdocegueira: conceito, características e formas de comunicação

A surdocegueira não é uma deficiência passível de único aspecto, sendo variável de pessoa para pessoa, por graus e comprometimentos. Na história da surdocegueira existem relatos de indivíduos de diferentes lugares do mundo, que, com a sua própria identidade e cultura, se comunicam de forma diferenciada, vivenciam desafios em seu dia a dia e os enfrentam a partir da sua vivência e experiência (CANUTO *et al*, 2021). A grafia da palavra “surdocego”, sem o uso de hífen, se dá pelo entendimento de que é uma deficiência única e não a junção de duas deficiências, pois a perda de ambos os sentidos traz características uniformes para o indivíduo. Deste modo:

O termo Surdocegueira descreve uma condição que combina diferentes graus de privação auditiva e visual. As privações sensoriais multiplicam e intensificam o impacto em cada caso, criando uma severa incapacidade que é diferente e única. Todos os surdocegos apresentam problemas na comunicação, acesso à informação e problemas de mobilidade. A suas necessidades específicas variam conforme a idade, o início e o tipo de surdocegueira (ASSOCIAÇÃO DEAF BLIND INTERNATIONAL, 1985, p.8).

Existem dois tipos de surdocegueira: a congênita e a adquirida. É considerado com surdocegueira congênita o indivíduo que nasce com essa condição ou se torna surdocego antes de adquirir alguma língua ou forma de comunicação. A surdocegueira adquirida, por sua vez, é a condição da pessoa que se torna surdocega em algum momento de sua vida e que possuía uma língua e uma forma de comunicação antes disso, seja a comunicação por

via oral ou sinalizada (FALKOSKI; MAIA, 2020). Na perspectiva de Cruz Silva (2011, p. 19), a surdocegueira pode ser resultante de diversas causas, sendo classificada como pré, peri ou pós-natal. O quadro a seguir foi elaborado pela autora supracitada e sintetiza os fatores determinantes e etiológicos da surdocegueira.

Quadro 1 – Causas e Fatores da Surdocegueira

Pré-Natais		Peri-Natais	Pós-Natais
Rubéola Congénita		Prematuridade	Meningite
Citomegalovírus		Anóxia	Medicação Ototóxica
HIV		Herpes	Otite Média Crônica
Herpes		Medicação Ototóxica	Sarampo
Toxoplasmose		Sarampo	Diabetes
Sífilis Congénita		Toxoplasmose	Asfixia
Factor Rh		Icterícia	Encefalite
Anomalias Congénitas Múltiplas			AVC
Drogas teratogênicas			Consanguinidade
Hidrocefalia			Acidentes
Microcefalia			Tumores
Síndromes Genéticas	<i>Usher</i>		
	<i>Associação CHARGE</i>		
	<i>Fetal alcoólico</i>		
	<i>Trissomia 21</i>		
	<i>Trissomia 13</i>		
	<i>Alport</i>		
	<i>Alstrom</i>		
	<i>Goldenhar</i>		
	<i>Waardenburg</i>		
	<i>Outros</i>		

Fonte: Cruz Silva (2011, p. 19)

Os indivíduos surdocegos podem desenvolver seus sentidos em graus distintos, tendo a audição e visão em graus diferentes. De acordo com Cader-Nascimento e da Costa (2003, p. 86), “A surdocegueira consiste no comprometimento, em diferentes graus, dos sentidos da audição e visão, os quais são considerados pela literatura como sentidos receptores das informações à distância.”

Ao tratar da temática de ensino para o indivíduo com surdocegueira, Paulino (2018) considera que as práticas devem ser realizadas com base nos sentidos ativos – tato, olfato, paladar e cinestésico – caso haja também - visual e auditivo, sempre mediado por uma linguagem. A figura 1 representa visualmente o conceito de surdocegueira, não somente a junção de duas deficiências, mas considerada uma deficiência com características próprias.

Figura 1: Surdocegueira como deficiência única



Fonte: Paulino (2018, p. 115)

Com relação à comunicação do indivíduo surdocego, irá depender da sua escolha, a partir da forma que lhe parecer mais confortável para estabelecer contato com o mundo, seja por um resíduo auditivo, visual ou até mesmo tátil. As formas de comunicação podem ser feitas de modo oral, escrito ou em língua de sinais. De acordo com Canuto et al (2021, p. 33), podemos classificá-las como:

a) **Língua Oral** – Tem o uso da língua auditiva, não necessariamente para o recurso de ouvir:

- Fala ampliada, onde o interlocutor se localiza próximo à orelha do indivíduo e realiza o discurso em altura adequada para receber a informação;
- Tadoma, consiste na percepção oral e vibratória por meio do tato; o indivíduo conduz a mão até a área do pescoço/cordas vocais e sente as vibrações conforme o locutor discursa.

b) **Língua de Sinais** – O uso da Língua de Sinais ou sinais combinados com o indivíduo:

- Sinais em Campo Reduzido, o locutor sinaliza próximo ao surdocego na área de visão favorável a ele;
- Sinais Táteis, o indivíduo surdocego posiciona suas mãos sob a mão do locutor e o locutor deve se permitir o toque para realizar o discurso;
- Comunicação Háptica, esse sistema de comunicação não substitui a língua falada ou sinalizada; tem como objetivo transmitir mensagens curtas para complementar informações que estão sendo recebidas por algum meio de comunicação alternativo. Tal comunicação ocorre em área de sensibilidade do indivíduo; costas, braço ou coxa.

c) Língua Escrita – o indivíduo precisa conhecer a língua escrita:

- Escrita na Palma da Mão, com o dedo do locutor é feita a escrita na palma da mão o discurso;
- Uso do Dedo como Lápis, o dedo da pessoa é usado como lápis e o locutor usa sua mão com base e simula a transcrição do discurso.
- Alfabeto Tátil, nesse sistema cada letra será feita em sinais em pontos fixos na mão do indivíduo com surdocegueira, tendo as vogais nos dedos, começando polegar com a Letra “A” e o dedo mínimo a Letra “U”;
- Alfabeto Datilológico Tátil, a pessoa com surdocegueira tateia cada letra na mão do locutor e receber as informações, palavras e forma frases;
- Escrita Ampliada, é usada por pessoas surdocegas que ainda tenha um resíduo visual, em que a escrita é feita de maneira expansiva e com contrastes para melhor visualização;
- *Finger Braille*, o locutor usa os dedos da mão, cada falange simulando a cela braile;
- Braille Manual, o locutor posiciona suas mãos sob a mão do surdocego e a movimentam como se fosse uma máquina Perkins.

As formas de comunicação do indivíduo surdocego irão depender de como foi seu processo de letramento e o seu passado, tendo sido vidente, ouvinte ou tendo perdido os dois sentidos receptores. Nesse sentido:

A ausência dos sentidos de distância por si só já é um fator que dificulta o desenvolvimento da motivação intrínseca, porque a criança que não tem estas deficiências busca o mundo ao seu redor pelo que ouve e vê, o que possibilita a sua aprendizagem incidental. (SOUZA; MAIA, 2009, p. 942)

Souza e Maia (2009) destacam sobre a necessidade do uso de estratégias didático – pedagógicas para acompanhar o aluno surdocego em seus sentidos ativos, ainda que tenha resíduos visuais ou auditivos. É importante que as estratégias sejam funcionais para o indivíduo e possibilitem seu desenvolvimento, seja por meio de objetos concretos, para que possam tocar e, logo após uma explicação de como se utiliza e um exemplo para melhor assimilação, seja por recursos auditivos para estímulo por canal auditivo, a fim de auxiliar no reconhecimento de sons e frases mais populares.

Através do uso dessas estratégias, é possível despertar o interesse do surdocego diante do mundo e incentivá-lo a buscar novos conhecimentos. A família e a comunidade têm um papel fundamental para o letramento desse indivíduo, pois é o contato mais frequente, por isso, devem criar estímulos de leitura e escrita.

1.2 O surdocego na comunidade: família, inserção na sociedade e experiência

Para qualquer pessoa, a comunicação é de grande importância para o desenvolvimento cognitivo, uma vez que “a linguagem permite a comunicação e é base para o aprendizado” (FALKOSHI e MAIA. 2020, p.53). A participação da família é de extrema importância para estimular a fala do indivíduo. No caso de crianças ouvintes, mesmo que estejam inseridas em um lar negligente, ou seja, lar onde não há interação direta ou afetuosa com a criança, é possível desenvolver capacidade de comunicação e interação, já que pertence a uma comunidade em que a maioria utiliza meios orais e auditivos.

Em relação às crianças com surdocegueira, de acordo com Villas Boas *et al* (2012), a interação social é uma questão ainda mais importante para o desenvolvimento pleno e a inserção na sociedade. O indivíduo surdocego necessita de auxílio para compreender o mundo que o cerca e estímulos para garantir autonomia e romper as barreiras que lhe são impostas. Nesse sentido, os autores consideram o papel da família fundamental para o desenvolvimento da comunicação da pessoa com surdocegueira, já que é com os familiares que o surdocego passa maior tempo e convive ao longo da vida.

A presença e participação da família no processo de interação contribuirá para um melhor e mais eficaz desenvolvimento da pessoa surdocega. Entretanto, muitas vezes, as famílias têm dificuldades de se comunicar/relacionar com esses indivíduos, por não saberem utilizar outros meios de comunicação diferentes dos verbais, o que corrobora o pensamento de Villas Boas *et al* (2012, p. 411), ao considerarem que “As famílias têm demonstrado ser, na educação das pessoas com surdocegueira, um pilar para construção de um mundo organizado para eles.”

Se analisarmos na história os casos de surdocegos que conquistaram êxito em sua comunicação, é possível notar a participação da família no processo de desenvolvimento, que procurou se comunicar minimamente e buscou auxílio de profissionais que o atendessem. O caso mais conhecido na história é de Helen Keller (HK), nascida sem nenhum tipo de deficiência, que se tornou totalmente surdocega devido a uma alta febre aos 18 meses de vida

(CRISTIANO, 2020). Sua família buscou alguém que pudesse compreender as necessidades de sua filha e ensiná-la a se comunicar. Por esse motivo, foi apresentada a Anne Sullivan, pessoa parcialmente cega, que começou a ensinar HK a partir dos 7 anos, em 1887 (CADER-NASCIMENTO e DA COSTA, 2007).

Antes de iniciar o processo de ensino, HK era agressiva e recebia Anne Sullivan com chutes e atos brutais, o que não fez a professora desistir de seu processo educativo. Após algumas tentativas para se comunicar, a professora começou a escrever palavras no braço de Helen e a menina as reproduzia, mas não as associava ao seu significado. Passado um mês, HK teve êxito no processo desenvolvido por Anne e começou a desenvolver-se nas associações entre palavras e seus significados e/ou objetos e originou grande admiração pela natureza e seus elementos (CADER-NASCIMENTO e DA COSTA, 2007).

De acordo com Cader-Nascimento e da Costa (2007), esses estímulos despertaram em Helen o desejo de conhecer tudo o que a rodeava, nomeando objetos presentes em sua casa ou buscando conhecer como se chamava, sua representação gráfica e em língua de sinais. Com algumas lições e práticas, sua professora colocava a mão de Helen sobre a região do seu rosto, bem próximos aos lábios e balbuciava lentamente algumas palavras, a fim de que a menina compreendesse e as conseguisse repetir. Desse modo, após muito treino, ela passou a assimilar o modo de falar e pronunciava oralmente algumas palavras. Helen também aprendeu a sentir a fala de maneira tátil vibratória, posicionando a mão no queixo das pessoas.

Quando crescida, ingressou em um curso universitário na *Radcliff College*, sendo a primeira aluna surdocega a se formar no Ensino Superior, no ano de 1904. Durante seus estudos acadêmicos, Helen foi acompanhada por Anne Sullivan, que foi sua guia-intérprete. (CADER-NASCIMENTO e DA COSTA, 2007).

Em solo brasileiro, podemos citar o exemplo de Maria Francisca da Silva – também conhecida como Chica, registrada como a primeira surdocega alfabetizada do Brasil. Nascida sem nenhuma deficiência no ano de 1943, em Ponte Nova, cidade do Estado de Minas Gerais, Chica ficou cega ainda criança e posteriormente perdeu a sua audição. Quando completou sete (07) anos de idade, desenvolveu um problema em seus olhos que gerava vermelhidão e secreção. Sua mãe, levada pelo senso comum, tentou de maneiras domésticas tratar do olho de Chica, mas sem êxito. Sendo assim, buscou levá-la ao médico, porém mais nada poderia ser feito. Após algum tempo, com a morte de sua mãe, a menina foi morar em um internato em

Belo Horizonte – Minas Gerais, pois seu pai não se agradava de deixá-la sozinha em casa enquanto ele e seus filhos trabalhavam (ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2012).

Em 1957, Chica foi passar férias com sua família e sentiu algo diferente em sua audição, mal ouvia o discurso das pessoas ao redor. Ao voltar para o internato, as pessoas não davam crédito a sua queixa de não ouvir; isso a prejudicou na escola, pois não apresentava desenvolvimento sobre os conteúdos ministrados por sua professora, pelo fato de não ouvir de maneira plena. Seu pai faleceu em 1958.

Maria Francisca ainda sentia dores fortes em seu ouvido, ouvia pouco do ouvido direito e nada do ouvido esquerdo. Em 1960, sentiu dores insuportáveis e pediu ajuda aos funcionários do internato para que lhe oferecessem algum remédio. A menina foi medicada e adormeceu. Assim que acordou, no dia seguinte, se sentiu diferente e notou que já não ouvia absolutamente nada. Foi levada ao médico, mas sem possibilidade cura (ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2012). Segundo a entrevista dada por Chica (2012), "Iniciou-se aí um período longo e eterno de silêncio e solidão. Eu não havia nem ao menos completado a minha alfabetização, e repentinamente, vi-me obrigada a me comunicar através da escrita Braille."

No mesmo ano, Chica desenvolveu maior proximidade com o professor da biblioteca Pedro Lucena Vaz, que a auxiliou na descoberta do novo mundo e a melhorar sua escrita e leitura. O professor lhe dedicava algumas horas da sua tarde, todos os dias. A menina também aprendeu o alfabeto manual dos surdos com uma outra funcionária da instituição. Maria Francisca se sentia muito sozinha, sendo essa uma fase extremamente difícil em sua vida. Mesmo após aprender novos meios para comunicar-se, poucas pessoas se interessavam em conversar com ela. O excesso de tristeza e solidão culminaram em mal-estar físico e um deles fez com que Chica desmaiasse provocando traumatismo craniano. Como consequência da queda, ela perdeu outros dois sentidos: o olfato e o paladar (ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE, 2012).

Vale ressaltar que nenhuma das barreiras foram capazes de impedir o sucesso de Chica. De acordo com Maia (2004), Maria Francisca atualmente é a presidente de honra da Associação Brasileira de Surdos (ABRASC). Ela participou de diversas conferências internacionais, representando o nosso país. Chica tem um extenso currículo, contendo mais de 20 cursos, concluídos no Brasil e no exterior.

Os exemplos apresentados enriquecem grandemente a literatura no sentido de destacar a possibilidade de desenvolvimento cognitivo de pessoas surdocegas e mostrar suas

potencialidades, independente de suas especificidades recorrentes da surdocegueira. Não se pode negar, entretanto, que amparos legais são muito bem-vindos a essa comunidade, oferecendo-lhe condições melhores de progressos e acessibilidade. Na próxima seção, veremos alguns amparos jurídicos importantes para essa comunidade.

1.3 Bases legais: direitos e garantias

Esta pesquisa busca mostrar como se dá o acesso e a permanência do aluno surdocego no Ensino Superior. Ao longo da história, pessoas com surdocegueira enfrentaram desafios ao ingressar em cursos de graduação, originados, muitas vezes, pelas próprias políticas governamentais e institucionais, que não conseguem eliminar essas barreiras totalmente. De acordo com a Portaria nº 7.384/2003 (BRASIL, 2003), as barreiras se dão por diversas formas: atitudinais, por falta de consideração com o surdocego e por se negar o auxílio em questões básicas, falta de diálogo entre os alunos pela barreira da comunicação; arquitetônicas, ausência ou oferta insuficiente de recursos para guiar o surdocego de maneira autônoma pelos ambientes: corrimão, piso tátil, placas em Braille em pontos estratégicos; e acesso e permanência, por escassez de profissionais qualificados para o acompanhamento do surdocego pela instituição, no momento em que as aulas são ministradas e até mesmo em horários fora da grade curricular, quando o indivíduo permanece na Instituição, incluindo os ambientes de convivência.

De acordo com Freitas e Baqueiro (2014), para o brasileiro com deficiência, o acesso ao Ensino Superior ainda é algo muito recente, visto que as dificuldades enfrentadas se iniciam ainda no ensino básico. Ainda dentro da perspectiva das autoras, observa-se que:

As instituições de ensino brasileiras desde a educação básica ao ensino universitário enfrentam dificuldades no que se refere à democratização do acesso e à igualdade de oportunidades para além dos alunos com deficiência, fruto das desigualdades socioeconômicas e culturais existentes no país (FREITAS e BAQUEIRO, 2014, p.03).

Um dos motivos que levam à precarização do ensino para pessoas com deficiência é a ausência de formação adequada dos profissionais para atuarem nesse contexto. Deve-se considerar a relevância do interesse por parte da sociedade em buscar capacitação para a área da educação especial, já que a inclusão das pessoas com deficiência vai além da presença de um profissional ou do acesso que garanta o atendimento de suas necessidades.

A verdadeira inclusão evidencia equidade de ações para todos, seja para o aluno com deficiência, seja para o aluno sem deficiência.

Freitas e Baqueiro (2014) afirmam que a inclusão dessas pessoas ultrapassa a eliminação das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais do espaço em que estão inseridas. Desse modo, as necessidades específicas de cada indivíduo, visando à igualdade de oportunidades deve ser levada em conta somada, sobretudo, ao fato de que a garantia dessas atitudes se reforça através das políticas de ação afirmativa.

A Declaração de Salamanca, de junho de 1994, é resultado do Congresso Mundial sobre Educativas Especiais, realizado na cidade de Salamanca, na Espanha. Fruto de uma ação governamental com colaboração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, tem como objetivo principal estabelecer uma política e dar orientações em diferentes organizações sociais por meio da sua implementação. O documento é baseado em experiências dos países participantes, regulamentações da ONU e outras organizações. Essa declaração assegura os direitos da pessoa com deficiência e visa uma educação através da qual o indivíduo e seus responsáveis possam se expressar, expor suas necessidades, desejos e aspirações em relação à educação que será ou está sendo recebida. Também são reforçadas ações de inclusão da pessoa com deficiência em todos os segmentos de ensino, assegurando sua igualdade de acesso e oportunidades. (UNESCO, 1996)

Em relação às pessoas com surdocegueira, a Declaração de Salamanca (1996) afirma que esses indivíduos devem receber um atendimento especializado nas instituições escolares, levando em conta a sua individualidade e que sejam atendidas suas necessidades específicas. O documento ressalta que sua linguagem gestual deve ser reconhecida e que a educação seja ministrada da forma que eles considerem mais adequada. O ensino deve prepará-los para a vida adulta, auxiliando-os a se tornarem pessoas ativas, com experiência e vivências sociais e competências necessárias para corresponderem às expectativas da sociedade, já que, segundo reza o documento, “Eles têm os mesmos direitos que todos os outros da sua comunidade de atingir a máxima autonomia, enquanto adultos, e deverão ser educados no sentido de desenvolver as suas potencialidades, de modo a atingir este fim.” (UNESCO, 1996, p. 7).

Segundo Freitas e Baqueiro (2014), a partir do ano de 1996, o Brasil deu início a um sistema educacional inclusivo, que garantisse atendimento especializado a pessoas com

deficiência. Uma das legislações com diretrizes importantes para a Educação Especial foi a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Em 2021, houve uma alteração muito importante e cara para a comunidade surda a partir da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, em que é afirmado através do Artigo 60-A que pessoas surdas, surdocegas e surdas com outras especificidades têm direito ao acesso e à promoção do ensino em sua primeira língua – L1 e que o ensino ministrado tem como princípios o respeito à cultura e à identidade das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva (BRASIL, 2021).

A LDB (1996) já resguarda que os surdocegos tenham acesso a um atendimento especializado, de maneira que a comunicação seja fluente e ocorra da melhor forma, gratuitamente, principalmente na Educação Básica, não sendo de responsabilidade do responsável ou do próprio indivíduo arcar com os custos de acesso. Esse dever do Estado está garantido no Artigo 4º, que vigora atualmente e que completará 25 anos de sua promulgação, embora seja desrespeitado em muitas instituições públicas brasileiras. Tais locais deveriam garantir o acesso igualitário para todos os indivíduos, o que, infelizmente, não parece ocorrer em todos os espaços escolares, culturais e profissionais.

Conforme anunciado, na Lei 9.394/1996, foi acrescentado e passou a vigorar em 03 de agosto de 2021 um capítulo para abordar exclusivamente a educação direcionada aos sujeitos surdos e surdocegos e conta com dois novos artigos. O artigo 60-A também assegura que todo o serviço e atendimento educacional, quando necessário, deverá ser feito de modo bilíngue e que a oferta da educação bilíngue deverá se iniciar a partir de zero anos, ainda na Educação Infantil, e acompanhar o indivíduo pelo resto da vida. Em sua segunda parte, é acrescido que:

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior (BRASIL, 2021)

Posterior à LDB vigente de 1996, surgiu a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que respalda os direitos das pessoas com deficiência em seu acesso de maneira ampla, onde podemos destacar o Capítulo 1, em que são abordadas as necessidades de pessoas com alguma deficiência para que tenham acesso à informação de forma completa. É ressaltado novamente o uso e importância do acesso em Língua Brasileira de Sinais –

Libras para o público que opte por esse meio de comunicação. Nessa Lei, foram estabelecidas as definições para que todos tenham acesso à comunicação e informação, seja pelo sistema Braile ou a Libras (BRASIL, 2000).

A Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências sobre a comunicação e expressão da comunidade surda. Em seu segundo artigo, é reafirmada a responsabilidade do governo e das instituições, públicas ou privadas, com relação à garantia de acesso para os indivíduos surdocegos (BRASIL, 2002). Por se tratar de espaços de uso comum, se faz necessária a equidade de informações. O Decreto nº 5.626/2005, que passou a vigorar em 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei de Libras e ressalta informações sobre o acesso, permanência e direitos desses indivíduos. O Decreto também torna obrigatório que os cursos superiores de licenciatura e de fonoaudiologia contemham em sua grade curricular o ensino de Libras.

No ano de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU), sensibilizada com o desrespeito e as violações dos direitos humanos das pessoas com deficiência, abraçou mais uma vez a luta pela inclusão e participação efetiva desses indivíduos na sociedade. Desse modo, assinou em sua Sede em Nova Iorque, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Dentre os Estados-Parte que assinaram e integraram esse movimento pela implementação dos direitos dos indivíduos com deficiência está o Brasil (LEITE, 2012). Vale ressaltar que o Brasil assume o compromisso de fazer valer a Convenção em território nacional em 9 de julho de 2008, por meio do Decreto Legislativo nº 186, com valor de emenda constitucional, a qual fora promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. É muito relevante este fato.

Em 2008, entrou em vigor a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE¹, que tem como objetivo assegurar a inclusão da pessoa com deficiência no sistema de ensino e garantir que suas necessidades sejam assistidas. De acordo com suas diretrizes, o Atendimento Educacional Especializado – AEE - deve perpassar todos os níveis de ensino. Para cada etapa, devem ser disponibilizados recursos e materiais adequados para o ensino-aprendizagem, tanto para os alunos quanto para os

¹ No ano de 2020, entraria em vigor o Decreto nº 10.502/2020 que instituiria a nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Porém, o documento foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

professores. Quanto aos alunos surdos, é garantido o acesso à educação bilíngue, os serviços de tradutor/intérprete e o ensino de Libras para os demais alunos – ouvintes – daquela determinada instituição e a interação com outros pares surdos (BRASIL, 2008).

O documento não faz menção direta ao indivíduo com surdocegueira, mas garante que devem ser disponibilizados guias-intérpretes de acordo com a necessidade do discente. Em respeito ao atendimento especializado, deve ser:

(...) realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (BRASIL, 2008, p. 17)

Em relação ao Ensino Superior, o PNEE mostra sua efetividade no que tange ao acesso, permanência e participação desses indivíduos dentro de um sistema transversal, onde a acessibilidade deve estar presente em todas as ações desenvolvidas pela instituição, bem como na arquitetura e nos espaços que a cercam (BRASIL, 2008).

Promulgado em 25 de agosto de 2009, o Decreto nº 6.949 efetiva no Brasil a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Em sua disposição, reconhece como violação dos direitos humanos a discriminação contra a pessoa com deficiência, considerada desrespeito à dignidade e à valorização do ser humano (BRASIL, 2009). Nessas garantias governamentais, se torna uma obrigação de cumprimento íntegro o reconhecimento igual da pessoa deficiente perante a lei, a igualdade de oportunidades em todos os âmbitos da sociedade, a segurança da pessoa e proteção da integridade do indivíduo e a liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação (BRASIL, 2009).

Ao que tange aos surdocegos, no Decreto, foram assegurados que haja um facilitamento no ensino-aprendizado do Braille e da Libras, a promoção da identidade linguística da comunidade surda. Também está inclusa a:

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. (BRASIL, 2009)

A Lei do Tradutor e Intérprete de Libras, nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, estabelece a responsabilidade desse profissional com relação à atuação com o surdocego e interação com as pessoas presentes no local. No entanto, a lei fala, resumidamente, sobre a formação do tradutor e intérprete para atuar com o surdo, não fala sobre a formação para atuar com o surdocego. Delega ao profissional uma responsabilidade além da sua formação, pois as formas de comunicação com surdocegos são diversas e a proficiência em tradução e interpretação em Libras/português não habilita o profissional para atender às demandas comunicativas do surdocego; conseqüentemente, atendidos por profissionais sem a formação adequada, os surdocegos sofrem prejuízos.

A Lei regulamenta a profissão do intérprete, não a do guia-intérprete. Como não há uma legislação específica para o surdocego, também não há uma regulamentação da formação e atuação do profissional que o atende. Na lei 12.319/2010, o surdocego é citado, mas não é contemplado totalmente, pois as pessoas com surdocegueira têm particularidades comunicativas que diferem das pessoas surdas, como foi explicitado anteriormente nesta pesquisa. Embora seja importante recorrer à legislação existente para amparar os direitos das pessoas surdocegas, é necessário reconhecer que esses cidadãos necessitam de uma legislação própria, que atenda suas particularidades comunicativas e promova acessibilidade de fato.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE (2008), é ressaltada a profissionalização e aperfeiçoamento do profissional para a atuação com surdos. Ainda que não fale diretamente sobre as pessoas surdocegas, o PNEE garante que é dever das instituições escolares disponibilizarem guia-intérpretes para auxiliar nas atividades do cotidiano escolar. Falkoski e Maia (2020) definem que o guia-intérprete atuam como um canal para a comunicação e visão dos surdocegos, tornando-se “olhos, ouvidos e boca” desses indivíduos. As autoras afirmam que, no Brasil, as formações que promovem a atuação de um profissional como guia-intérprete são pouquíssimas.

O Decreto nº 7.612, de novembro de 2011, institui o Plano Viver Sem Limites, que garante e promove direitos a pessoas com deficiências para ocuparem efetivamente o seu lugar na sociedade. O maior objetivo do Decreto é possibilitar a autonomia desses indivíduos através de ações governamentais. Dentro dos seus artigos são abordados assuntos relacionados como o acesso à educação, atenção à saúde e inclusão social.

O programa foi a primeira política pública que garantiu de fato que recursos e serviços necessários à pessoa com deficiência fossem assegurados pelo Estado. Foram investidos diversos recursos e serviços que assegurem a presença desses indivíduos em todos os segmentos de ensino. Em instituições públicas, o Viver sem Limites destinou recursos para que as escolas se tornem totalmente acessíveis e adquiram materiais necessários para o uso das salas de recurso (BRASIL, 2014).

No que tange ao Ensino Superior, a partir do Decreto 7.612/2014, foi criado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir, que apoia a criação e/ou reestruturação nas universidades federais os Núcleos de Acessibilidade. O objetivo dessa ação é garantir que todos os indivíduos com deficiência que acessam o ambiente acadêmico possam se desenvolver plenamente. A ação pensada no documento viabilizou o envio de recursos anuais às universidades para promoção de efetivas condições de acessibilidade. Então, é possível afirmar que:

O programa contempla adequação arquitetônica para acessibilidade – rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalação de elevadores, entre outras medidas. Compreende, também, a aquisição de recursos de tecnologia assistiva para promover a acessibilidade pedagógica nas comunicações e informações aos estudantes e demais membros com deficiência da comunidade universitária. São computadores com interface de acessibilidade, impressoras e linhas Braille, lupas eletrônicas, teclados com colmeia, acionadores acessíveis e outros equipamentos. Foram enviados recursos a todas as universidades federais. (BRASIL, 2014, p. 76)

Também foi através do programa que surgiram os cursos superiores de Licenciatura e Bacharelado em Letras/Libras e Licenciatura em Pedagogia na perspectiva bilíngue, mediante o incentivo do Ministério da Educação (BRASIL, 2014). Entre as universidades contempladas, podemos citar algumas localizadas no estado do Rio de Janeiro, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O INES foi pioneiro em ofertar cursos de Pedagogia em ênfase bilíngue na América Latina, desde 2004. Após a implementação do programa Viver Sem Limites, o Instituto recebeu a possibilidade de expandir suas modalidades de ensino, implementando o Curso de Pedagogia a Distância. O programa concedeu à UFRJ a viabilidade de ofertar o curso Letras-Libras em nível Bacharel e Licenciatura.

Dando continuidade às conquistas legais para a pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A lei institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, primeiramente assegura a

individualidade da pessoa com deficiência, garantindo seus direitos e cidadania, a condição de igualdade, visando à inclusão social (BRASIL, 2015). Ainda ao que diz respeito à igualdade e inclusão social, “assegurar o direito à diferença na universidade é ensinar a incluir e, se a instituição não tomar para si essa tarefa, a sociedade continuará perpetuando a exclusão em suas formas mais sutis e mais selvagens” (OLIVEIRA, 2011, p. 38).

No ano de 2016, houve uma alteração na Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Conhecida como “Lei de Cotas”, garantia que 50% das vagas das universidades federais fossem preenchidas apenas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas. A sua mais recente versão, que vigora por meio da lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, foi sancionada com a finalidade de complementar a 12.711/2012, estabelecendo a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. A lei busca incluir de fato esses indivíduos e lhes dar garantia de equidade quanto ao ingresso às instituições federais de ensino e nos programas governamentais de estudo.

Em 2021, o Ministério da Educação (MEC), em conjunto com a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), lançou uma proposta de referencial curricular para pessoas surdas e surdocegas. Denominada como Proposta de Currículo para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos e Surdocegos sinalizantes², o material oferecido aborda o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, contemplando discentes da Educação Infantil até o Ensino Superior. Os seis cadernos da coleção contêm propostas elaboradas especificamente para cada etapa de ensino e foram formuladas por pesquisadores experientes na área referida (BRASIL, 2021).

O desenvolvimento dessas diretrizes atende o que propõe a Lei 14.191, que acrescenta à LDB um olhar voltado para a Educação Especial – principalmente para alunos surdos e surdocegos. Os ganhos para a comunidade surdocega com a execução dessa lei são perceptíveis, no requisito língua de instrução, material didático, cultura e acesso e permanência em todas as etapas de ensino, inclusive no Ensino Superior, e a garantia de profissionais qualificados e especializados. Desse modo, é possível que a comunidade

² Cadernos disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-proposta-de-curriculo-para-o-ensino-de-portugues-escrito-como-segunda-lingua-para-estudantes-surdos>. acesso em 18 set 2021.

conheça e reivindique com mais respaldo os direitos dos surdocegos nos ambientes socioculturais, sempre de responsabilidade pública (BRASIL, 2021).

Após retomada de inúmeras leis e decretos com a mesma finalidade – ressaltar os direitos da pessoa com deficiência, sua individualidade e garantir a equidade de direitos, acesso e permanência – é possível notar que seu descumprimento e descaso não devem se tornar redundante, porém necessário é sempre reforçar em novas lei o que foi decretado outrora.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

“Apesar do mundo estar cheio de sofrimento, ele também está repleto de compensações.”

Helen Keller

2.1 Objetivos da Pesquisa

A presente monografia tem como Objetivo Geral:

- Refletir sobre o acesso e a permanência de alunos surdocegos no Ensino Superior.

Para atingir o Objetivo Geral, foi necessário cumprir outras metas ou Objetivos Específicos, elencados a seguir:

- Realizar pesquisa bibliográfica, documental e de campo sobre educação de pessoas surdocegas;
- Apresentar aspectos legais que amparam a escolarização do surdocego no Brasil;
- Elaborar um questionário, divulgar e analisar as respostas de estudantes surdocegos sobre o seu acesso e permanência em Instituições de Ensino Superior.

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“O resultado mais sublime da educação é a tolerância.”

Helen Keller

3.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho é classificado como uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em literatura já publicada e/ou analisada, que buscou contemplar assuntos pertinentes ao tema proposto, ou seja, à surdocegueira e, mais especificamente, às condições de acesso e permanência dos alunos surdocegos no Ensino Superior em Instituições que recebem graduandos surdos e surdocegos. Como recorte espacial, o foco de busca e análise de dados foi direcionado aos estudantes surdocegos do Brasil. Nesse sentido, buscando enriquecer a pesquisa, foram acessadas teses, dissertações e artigos publicados em plataformas *online* de compartilhamentos e de informações acadêmicas.

Segundo Gil (2002), para se iniciar e dar andamento a uma pesquisa, são necessários alguns fatores, tais como: conhecimento do assunto a ser pesquisado, curiosidade, criatividade, sensibilidade social, perseverança, paciência e confiança na experiência. Tais fatores que instigam o pesquisador a não desistir de seu processo de pesquisa, por mais difícil que seja ou por algo pessoal do pesquisador.

Na perspectiva de Moreira (2004), revisões bibliográficas ou revisões de literatura ajudam o leitor – e o próprio pesquisador – a se posicionarem em relação ao tema descrito, reconhecendo seus avanços e retrocessos, uma vez que oferecem informações contextualizadas, apontando novas alternativas para a solução do problema em questão. Os estudos que buscam analisar a bibliografia produzida fornecem uma visão geral daquilo que se foi analisado dentro de um tópico específico, evidenciando novas ideias (MOREIRA, 2004, p. 22). Esse tipo de pesquisa favorece também ao próprio autor do trabalho, que amplia seus conhecimentos sobre o assunto.

Como já mencionado, a pesquisa realizada é bibliográfica, documental e de campo. Com relação à escolha pela pesquisa dessa modalidade, Gil (2002) afirma que existe uma distinção entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Segundo o autor, apesar de seguirem os mesmos passos, a pesquisa documental utiliza documentos mais

diversificados, como: cartas pessoais, gravações, memorandos, questionários, entre outros documentos que ainda não receberam tratamento analíticos. Em alguns casos, também é feito o uso de documentos já analisados, tais como: relatórios de pesquisas e tabelas estatísticas. Os documentos podem ser reelaborados de acordo com o objetivo principal da pesquisa (GIL, 2002).

No caso da pesquisa desenvolvida nesta monografia, foram analisados dados de fontes documentais, como leis e decretos que embasam a Educação Especial, com foco na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, baseando-nos também na sua mais recente publicação, configurada pela Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Além disso, foram acessadas fontes oficiais – certificadas pelo MEC – para a obtenção de informações sobre quantitativo de alunos surdocegos no Ensino Superior e os dados obtidos nessas fontes foram apresentados ao longo deste trabalho.

Ainda sob a perspectiva de Gil (2002), a pesquisa de campo é desenvolvida por meio da observação de uma determinada comunidade – que pode ser geográfica ou um grupo que se reúne por características ou para qualquer atividade humana. O pesquisador olha atentamente para cada atividade desse grupo escolhido e capta informações e interpretações sobre aquilo que ocorre no grupo. É necessário que o pesquisador busque se envolver com aquela comunidade, o que demanda algum tempo. No caso deste trabalho, a comunidade escolhida foi a surdocega. Através de um questionário, foi possível realizar uma coleta de dados e informações sobre a experiência deste grupo no Ensino Superior.

3.2 Trajetória da Pesquisa para cumprimento dos objetivos propostos

1. Realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre educação de pessoas surdocegas

Partindo do objetivo geral deste trabalho, que é refletir sobre o acesso e permanência de alunos surdocegos no Ensino Superior, a pesquisa se iniciou com leituras para, em primeiro lugar, apresentar o conceito de surdocegueira, as formas de comunicação

dos indivíduos surdocegos e a sua vida em sociedade. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico em várias fontes sobre temáticas voltadas para a pessoa surdocega.

2. Apresentação dos aspectos legais que amparam a escolarização do surdocego no Brasil

A pesquisa documental consistiu em análise de leis que asseguram juridicamente os direitos de acesso e permanência de pessoas surdocegas no âmbito educacional. Dentre as leis e decretos estudados, destacam-se:

- Lei nº 9.394, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996);
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2000);
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências (BRASIL, 2002);
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2005);
- Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras e rege sua certificação para atuação (BRASIL, 2010);
- Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011).
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, discute sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
- Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021).

3. Análise de respostas de estudantes surdocegos sobre o seu acesso e permanência em Instituições de Ensino Superior

Foi elaborado um questionário, em busca de respostas de pessoas surdocegas que estivessem cursando ou tenham cursado algum Curso Superior, buscando, dessa forma, identificar a forma como se deu seu processo de entrada e permanência no Ensino Superior. Gil (2002) destaca que o questionário é um instrumento de análise de dados e consiste em transmitir os objetivos específicos da pesquisa em forma de questões bem redigidas, além de auxiliar na obtenção de dados a partir do ponto de vista dos indivíduos participantes.

Apesar de não existir um método rígido ou normas bem estabelecidas para sua elaboração, o questionário deve levar em consideração aspectos importantes, como: conter questões formuladas com clareza e precisão, respeitar a intimidade e nível de instrução dos entrevistados, evitar o uso de perguntas com respostas sugestivas ou questões que deem margem para interpretações variadas (GIL, 2002, p. 116). Esse formulário, portanto, teve como objetivo verificar, com um olhar individualizado, a trajetória acadêmica de cada aluno.

Além de informações importantes sobre esse público-alvo, o questionário trouxe resultados respaldados nas próximas observações e respostas dos participantes da pesquisa, em busca de relatos e informações sobre como as universidades têm se mobilizado para atender esse público de forma igualitária. Vale ressaltar que esta pesquisa está inserida no escopo do grupo de pesquisa *O passado tem história: Representações sobre o INES presentes em cartas e documentos oficiais e extraoficiais à luz da Linguística Sistêmico-Funcional*³ e tem autorização pela Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética do INES⁴ para estudos envolvendo participantes humanos, cujos dados podem ser colhidos em forma de questionários, entrevistas e pesquisas documentais e bibliográficas.

3.3 Apresentação do questionário

O questionário foi elaborado pelo autor da pesquisa, disponibilizado aos participantes durante o período entre 08 de outubro de 2021 a 08 de novembro de 2021.

³ Grupo cadastrado no CNPq. Endereço para acessar este espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8763637718063096. Data de acesso: 30 de outubro de 2021.

⁴ Título do projeto: Análise discursiva de/sobre sujeitos surdos em contextos acadêmicos, sociais e profissionais a partir da linguística sistêmico-funcional, CAAE: 24359419.2.0000.8137.

Com relação à estrutura e conteúdo, é constituído por dezessete (17) perguntas, disponibilizadas em duas (02) abas excludentes: uma aba, contendo três (03) perguntas: aceitação da pesquisa, identificação como pessoa surdocega (público-alvo da pesquisa) e autorização de divulgação das respostas e a outra aba apresenta catorze (14) perguntas, com o objetivo de conhecer o indivíduo e suas características, de maneira simples e objetiva.

A fim de garantir total anonimato dos participantes e garantir a preservação de sua identidade, todas as vezes que se fizer necessário nos referirmos a eles, serão identificados como: “Respondente A”, “Respondente B”, “Respondente C”, “Respondente D”, “Respondente E” e “Respondente F”.

Devido ao período pandêmico, o questionário foi estruturado e veiculado através da plataforma do *Google Forms*⁵, de maneira online e gratuita. O *link* de acesso foi disponibilizado ao público pelas redes sociais, ficando a critério dos indivíduos o acesso, a participação e a concessão de suas informações para a pesquisa.

Assim que o indivíduo acessava o *link*, passava por alguns filtros de seleção e aceitação. O primeiro trazia a seguinte pergunta: “Você aceita participar desta pesquisa?”. Diante de resposta negativa, era direcionado ao encerramento do formulário.

Figura 2 – Aceite da Pesquisa

Fonte: Arquivo pessoal

⁵ De acordo com a própria empresa, o Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro.

Diante de resposta positiva, o respondente era direcionado a uma segunda aba de identificação, com o objetivo de distinguir o tipo de surdocegueira. Se o indivíduo não se identificasse como surdocego, o questionário também era encerrado, tendo em vista o foco de público respondente: surdocegos.

Figura 3 – Identificação do indivíduo



QUESTIONÁRIO – O Surdocego no Ensino Superior

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

*Obrigatório

Você é...? *

Surdocego congênito

Surdocego adquirido

Não sou Surdocego.

[Voltar](#) [Próxima](#) [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Fonte: Arquivo pessoal

Por último, pergunta-se pela permissão da divulgação de dados relacionados à pesquisa. Caso o indivíduo não aceitasse, a pesquisa era encerrada.

Figura 4 – Aceite de divulgação de resultados



 SURDOCEGO

QUESTIONÁRIO – O Surdocego no Ensino Superior

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

*Obrigatório

Você autoriza a utilização de suas respostas para a análise dos dados da pesquisa? *

Sim

Não

[Voltar](#) [Próxima](#) [Limpar formulário](#)

Fonte: Arquivo pessoal

Na primeira parte do questionário foram coletadas informações pessoais do indivíduo, como: nome completo, e-mail, identificação de gênero, idade e estado que mora. A segunda parte buscou dados a respeito da surdocegueira e sua experiência acadêmica, sendo que as perguntas cujas respostas eram obrigatórias estavam marcadas por um asterisco. Foram elaboradas as questões a seguir e o questionário está apresentado na íntegra no Apêndice A:

a. *Você é? **

- Surdocego total*
- Surdocego com surdez profunda e baixa visão*
- Surdocego com perda auditiva moderada e cegueira total*
- Surdocego com baixa visão e perda auditiva moderada*
- Surdocego com surdez profunda ou moderada e monocular*
- Outro: _____*

b. *Causa da Surdocegueira **

- Síndrome Usher*
- Síndrome de Charge*
- Glaucoma*
- Meningite*
- Sarampo*
- Rubéola*
- Outro: _____*

c. *Você prefere se comunicar por... **

- Libras*
- Libras Tátil*
- Libras em Campo reduzido*
- Tadoma*
- Escrita na palma da mão ou parte sensível*
- Fala Ampliada*
- Língua Portuguesa ampliada*
- Tinta ampliada*
- Sistema Braille*

() *Outro:* _____

*d. Escolaridade... **

- () *Graduação (Cursando)*
- () *Graduação (Completo)*
- () *Pós Graduação - Especialização (Cursando)*
- () *Pós Graduação - Especialização (Completo)*
- () *Pós Graduação - Mestrado (Cursando)*
- () *Pós Graduação - Mestrado (Completo)*
- () *Pós Graduação - Doutorado (Cursando)*
- () *Pós Graduação - Doutorado (Completo)*

*e. Qual seu último curso? **

*f. Facilidades no Ensino Superior **

- () *Material didático acessível*
- () *Professores Acessíveis*
- () *Intérpretes e Guia-Intérpretes Formados*
- () *Piso Tátil para locomoção*
- () *Outro:* _____

*g. Dificuldades no Ensino Superior **

- () *Mensalidades Altas*
- () *Material não adaptado*
- () *Sem Intérprete e Guia-Intérpretes Formados*
- () *Sem inteiração em sala de aula*
- () *Espaço não acessível.*
- () *Outro:* _____

*h. Como você se locomove para a Instituição? **

- () *Sozinho*
- () *Acompanhando*
- () *Transporte da Instituição, busca e leva.*

i. *A família ajuda a conduzir uma comunicação? **

() *Sim*

() *Não*

() *Outro:* _____

j. *Fale sobre a sua experiência no Ensino Superior **

Após todas as perguntas, o formulário era encerrado com o agradecimento ao respondente.

Figura 5 – Finalização da Questionário



Fonte: Arquivo pessoal

As primeiras questões presentes no questionário – nome, e-mail – tinham como propósito principal a identificação do participante, buscando manter a integridade da pesquisa e evitar que a mesma pessoa respondesse várias vezes. Tratando-se de uma pesquisa realizada por meio das redes sociais, foi solicitado ao respondente que informasse o estado onde morava, a fim de analisar a educação desses indivíduos em casa estado.

Quanto à identificação de gênero, o objetivo era coletar dados sobre a quantidade de surdocegos que se identificam como homens, mulheres ou outros. Na pesquisa são levantadas também questões sobre o diagnóstico do grau de surdocegueira do indivíduo participante e a causa da surdocegueira, a fim de conhecer suas características, sabendo que cada surdocego tem suas especificidades. O questionário contou com questões sobre a

forma de comunicação que a pessoa usa, considerando que algumas pessoas não se limitam somente a uma forma de comunicação e que ela pode ser variada.

O nível de graduação do indivíduo foi questionado, sendo de grande importância para a pesquisa conhecermos até onde o surdocego conseguiu prosseguir na sua carreira acadêmica. Também está presente no questionário uma questão sobre o curso escolhido e cursado por ele, pois, dentro do senso comum, existe uma suposição de que os surdocegos só cursam graduações voltadas para a área da surdez (Pedagogia com enfoque bilíngue; Letras / Libras).

Buscando aproximar-se da realidade do indivíduo no Ensino Superior, foi criada uma questão para identificar as facilidades e dificuldades enfrentadas por esse surdocego, envolvendo a infraestrutura, atendimento e acolhimento na Instituição de Ensino Superior. Existe também uma questão que aborda a forma que o respondente se locomove para a instituição, com o objetivo de conhecermos um pouco de sua rotina.

Como parte do questionário, foi feita a seguinte pergunta: “A família ajuda a conduzir uma comunicação?”, com o objetivo de descobrir se algum familiar busca fazer a relação entre o aluno e a instituição de Ensino Superior ou se ele é totalmente autônomo em seus processos.

No último campo, é um espaço livre para que a pessoa descreva sua opinião sobre o ES. O foco da questão era saber um pouco da perspectiva do surdocego sobre a instituição que ele frequentou/frequenta e como foi a sua experiência nesse segmento de ensino.

Tendo sido o questionário apresentado e respondido por surdocegos, no próximo capítulo, será apresentada a análise dos dados juntamente com as discussões.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

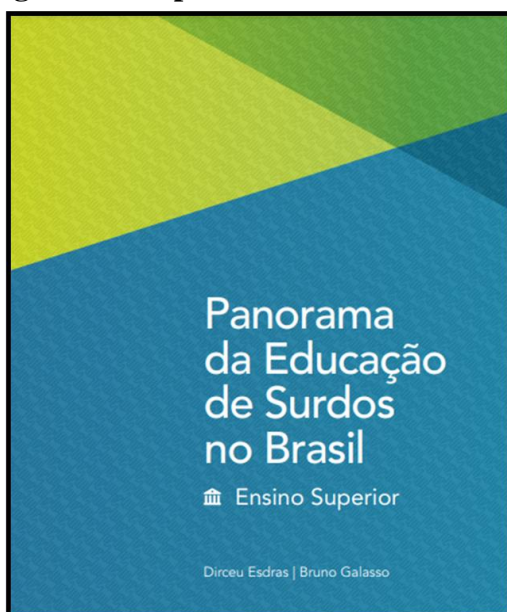
“O otimismo é a fé em ação. Nada se pode levar a efeito sem otimismo.”

Helen Keller

4.1 Realização da pesquisa bibliográfica e documental sobre educação de pessoas surdocegas

Foi encontrado um número baixo de conteúdo acadêmico no que se refere à surdocegueira. Por essa razão, foi necessária a leitura de grande parte do conteúdo encontrado, pois, ao conhecer previamente o assunto, houve um cuidado maior para saber sua integridade e se estava dentro do contexto esperado. Tal pesquisa requer atenção e conhecimento do assunto, pois por vezes o assunto não é abordado de forma tão coerente com a vivência atual. Foram acessadas e analisadas, por exemplo, informações disponíveis no livro “Panorama da Educação de Surdos no Brasil: Ensino Superior” (ESDRAS, GALASSO, 2017).

Figura 6 – Capa do Livro usado em Pesquisa



Fonte: Esdras e Galasso (2017).

O livro apresenta um mapeamento quantitativo de surdos, surdocegos e pessoa com deficiência auditiva presentes no Ensino Superior no Brasil, obtidos através da análise de dados coletados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com Esdras e Galasso (2017), os dados difundidos refletem de forma verídica a realidade acerca das Instituições de Ensino brasileiras, de 2010 a 2015. Esse documento foi publicado pelo INES, em 2017.

Um artigo e um livro de Cader-Nascimento e Costa (2003; 2005) também serviram como base teórica para o desenvolvimento desta pesquisa. O artigo “Mediação pedagógica no processo de desenvolvimento da comunicação em crianças surdocegas”, de 2003, nos traz informações sobre os meios de comunicação de crianças surdocegas, obtidas através de uma revisão teórica e da realização de uma pesquisa de campo, em uma escola especial de Brasília – DF. O livro “Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação”, publicado pelas autoras no ano de 2005, apresenta uma abordagem cuidadosa de pesquisas, estudos e experiências de profissionais que se dedicam à área da Educação Especial, principalmente com foco na surdocegueira.

A pesquisa realizada por Freitas e Barqueiro (2014) denominada: “Políticas públicas e as pessoas com deficiências no Ensino Superior no contexto brasileiro” aborda as questões enfrentadas quanto ao acesso, permanência e conclusão de curso por pessoas com deficiência no Ensino Superior. Desse modo, apresenta um panorama sobre o surgimento, a evolução e a importância das políticas públicas na sociedade contemporânea brasileira com o foco na inclusão das pessoas com deficiência nesse segmento de ensino. (FREITAS e BARQUEIRO, 2014, p. 1)

O livro “Surdocegueira congênita: Comunicação com o uso de recursos de comunicação alternativa”, de autoria de Falkoski e Maia (2020), também contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho. A presente obra aborda o conceito de surdocegueira, questões relacionadas ao desenvolvimento, comunicação, família, escolarização e a inserção do surdocego na sociedade. De acordo com os autores, “A condição de deficiência não está instaurada na pessoa, mas sim nas atitudes e nos ambientes na qual ela se insere (FALKOSKI e MAIA, 2020, p. 16)”.

4.2 Apresentação dos aspectos legais que amparam a escolarização do surdocego no Brasil

Durante a realização da pesquisa, foram identificadas algumas leis e decretos que garantem como direito do surdocego seu acesso e permanência de forma efetiva nas Instituições de Ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Tais informações estão expostas no item 1.3 do capítulo I deste trabalho, sintetizadas a seguir.

Quadro 2 - Acesso e garantia: aspectos legais

	PROMULGAÇÃO	GARANTIA
Lei nº 9.394	20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 10.098	19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei nº 10.436	24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Decreto nº 5.626	22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Lei nº 12.319	01º de setembro de 2010	Regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras, e rege sua certificação para atuação.
Decreto nº 7.612	17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite
Lei nº 13.409	28 de dezembro de 2016	Discute sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
Lei nº 14.191	3 de agosto de 2021	Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos

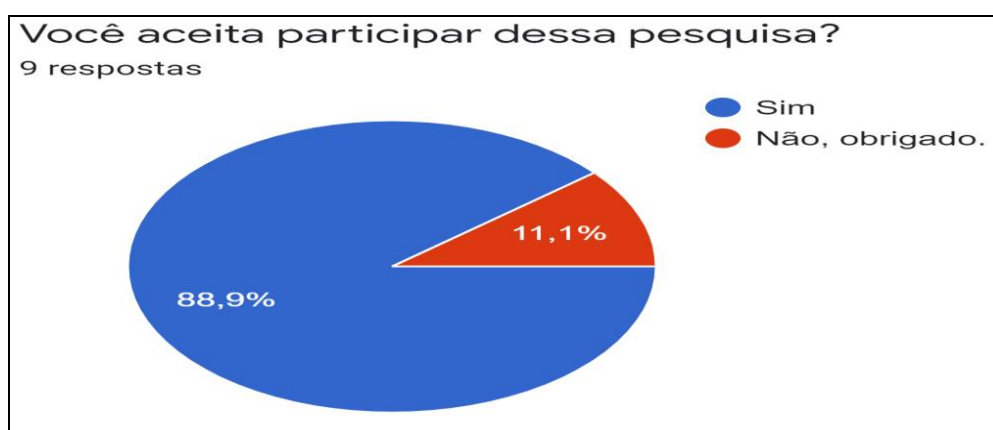
Fonte: Arquivo pessoal

4.3 Análise de respostas de estudantes surdocegos: acesso e permanência em Instituições de Ensino Superior

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, o Questionário é composto por dezessete (17) perguntas e foi disponibilizado nas redes sociais para que as pessoas surdocegas interessadas pudessem participar. Em média, os participantes têm entre 21 e 56 anos, residentes dos estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. Vale ressaltar que a participação dos indivíduos surdocegos proporcionou enorme contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, sobretudo no sentido de explicitar e esclarecer suas próprias vivências no Ensino Superior, pois eles são os próprios receptores de todas as ações realizadas e implementadas (ou não).

Como já apresentado anteriormente, o primeiro acesso ao questionário era feito um pedido de autorização de uso de informações e deixando claro que haveria sigilo total das informações pessoais do participante. Vale salientar que o baixo número de respondentes pode ter relação com a dificuldade encontrada por pessoas de baixa visão para acessar o questionário. De acordo com as respostas, oito dos nove respondentes aceitaram participar da pesquisa.

Gráfico 1 – Participação do questionário



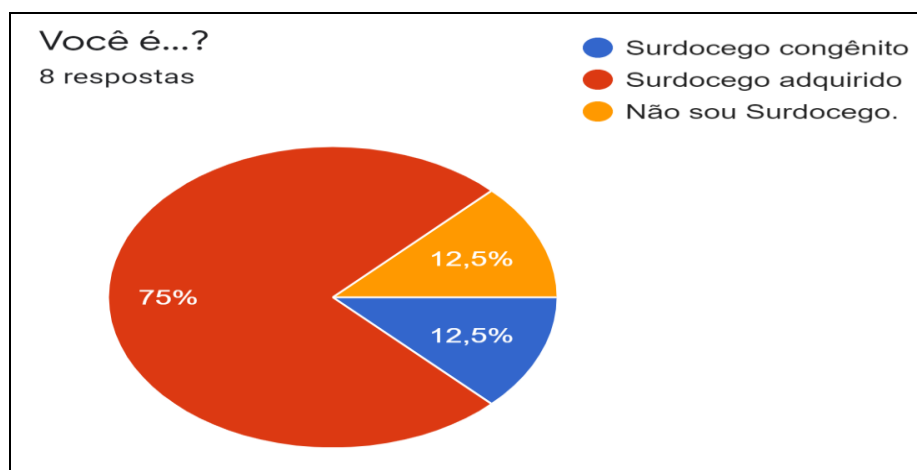
Fonte: Arquivo pessoal

Dos oito (08) participantes que aceitaram dar continuidade à pesquisa, é possível observar – a partir dos dados fornecidos no decorrer do questionário – que sua trajetória acadêmica os fez seres críticos, que compreendem a importância de participar de pesquisas

universitárias, a fim de contribuir com sua experiência para o desenvolvimento de conteúdos e novos estudos sobre surdocegueira.

Como segurança, a próxima pergunta tem como caráter distinguir o público, pois, como o questionário foi veiculado nas redes sociais, para impedir que qualquer pessoa fora da escolha do corpus adequado pudesse responder, foi feita uma pergunta a fim de que somente as respostas dos indivíduos surdocegos fossem analisadas. Com isso, o número cai de oito (08) para somente sete (07) participantes.

Gráfico 2 – Filtro para identificação

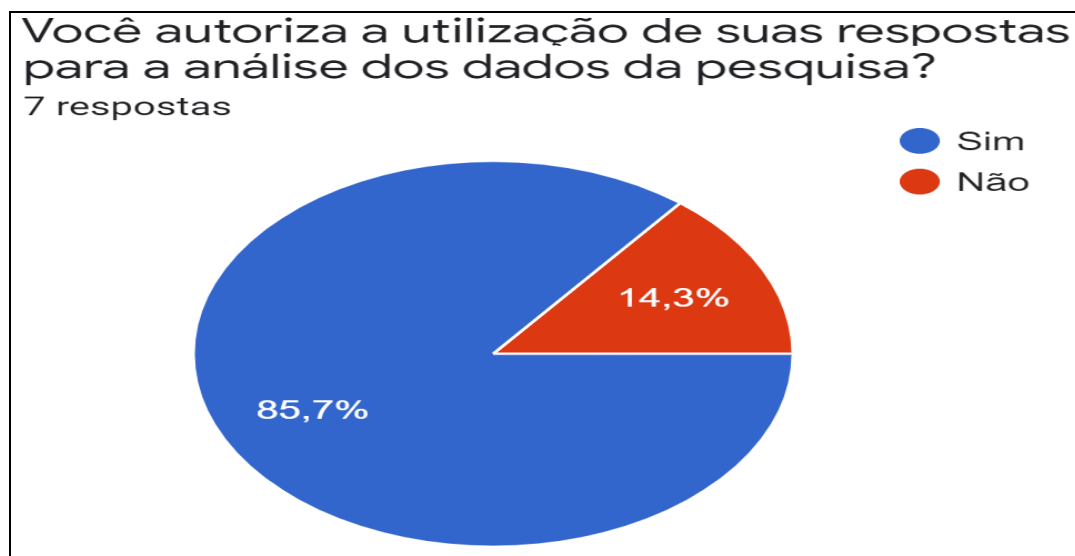


Fonte: Arquivo pessoal

Como a pesquisa foi amplamente divulgada nas redes sociais, ainda que tivesse como foco as pessoas com surdocegueira, poderia ser acessada e respondida por qualquer pessoa, mesmo as que não estejam nesse recorte de constituição de corpus. Nesse caso, um indivíduo que não se identificava como surdocego escolheu participar da pesquisa e, ao se deparar com esse filtro, observou que não se adequa às características do público-alvo.

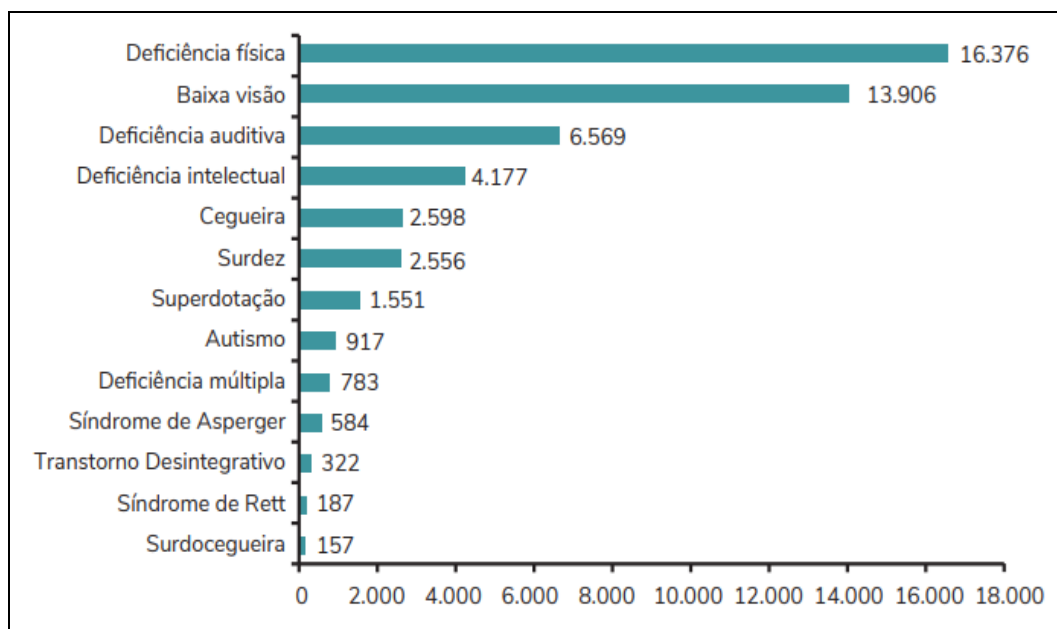
O próximo filtro serviu somente para ratificar se os indivíduos realmente queriam participar da pesquisa e se autorizariam o uso de suas respostas como dados a serem analisados. Somente seis (06) participantes concordaram em continuar participando (Gráfico 03). Nesse sentido, esse número de respondentes, se considerado pode se dar pela pequena quantidade de indivíduos surdocegos graduados/graduandos no Brasil, conforme apresentado no Gráfico 04.

Gráfico 3 – Autorização do uso de dados para análise



Fonte: Arquivo pessoal

Gráfico 4 – Total de matrículas de graduação, conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – Brasil



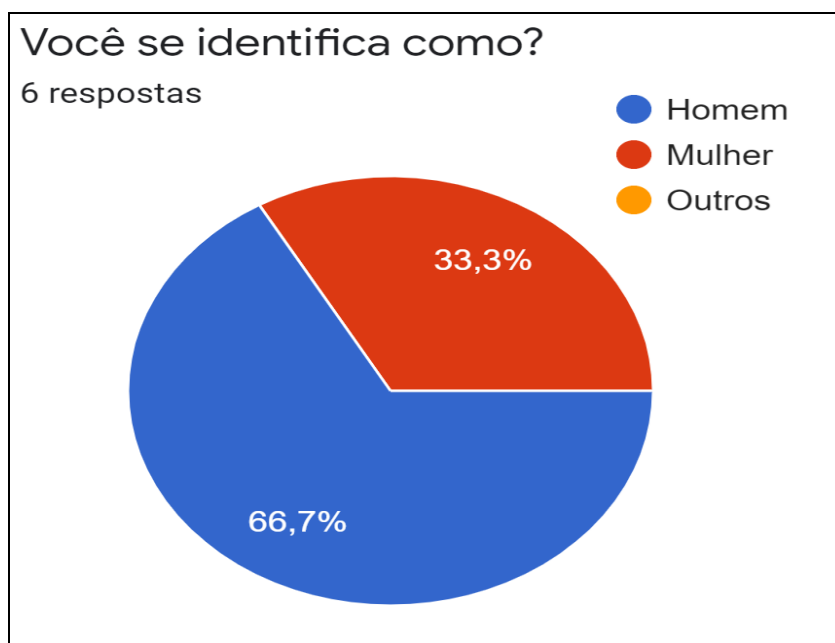
Fonte: Elaborado por INEP com base no Censo da Educação Superior

Como se pode ver no informativo do INEP, no Brasil, existe um baixo número de pessoas com surdocegueira, tratando-se de uma comunidade pequena. Com isso, alguns dos indivíduos podem ter se sentindo receosos quanto ao anonimato de suas informações ou à

identificação de seus dados dentro da pesquisa. Foi possível observar no Gráfico 4 que, entre as deficiências listadas pelo INEP, a surdocegueira contém o menor número de indivíduos presentes em cursos de graduação no Brasil. Se faz necessária uma investigação do modo em que é realizada a coleta destes dados, a fim de compreender se as informações são declaradas pelo próprio aluno, ou se são fornecidas pela instituição de ensino. Também é importante a reflexão sobre os diferentes graus de surdocegueira e as características singulares de cada indivíduo, que ao autodeclarar-se, pode especificar apenas a característica de maior grau (surdez ou cegueira).

O próximo gráfico faz um levantamento do gênero dos respondentes, a fim de identificarmos a quantidade de indivíduos surdocegos que se autodeclaram como: homens, mulheres e outros.

Gráfico 5 – Identificação do Gênero

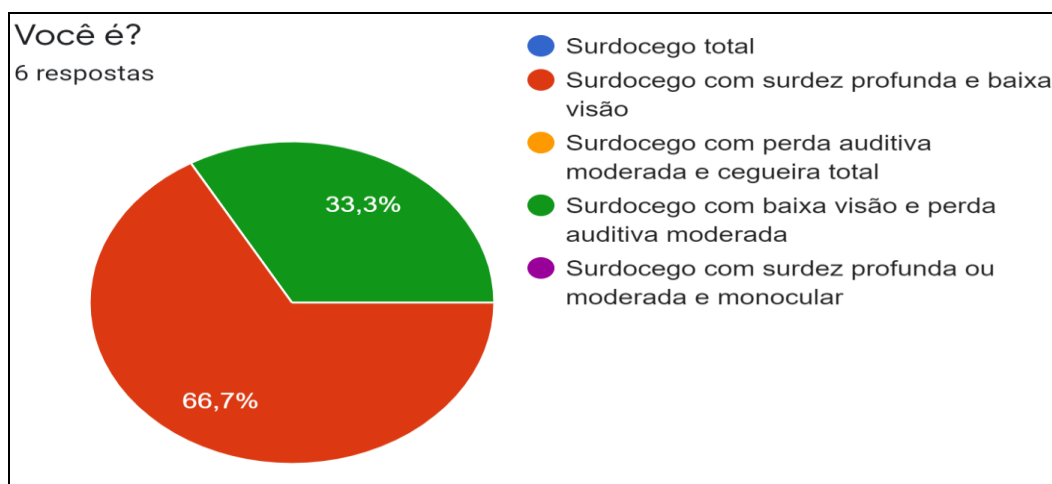


Fonte: Arquivo pessoal

Ainda que haja diferenças de características por cursos mais escolhidos por mulheres e homens no Ensino Superior, haja vista alguns cursos escolhidos majoritariamente pelo público masculino, podemos ver o gênero feminino avançando no enfrentamento às desigualdades sociais. Nesta pesquisa, dos seis (06) respondentes surdocegos, podemos constatar que dois (02) se identificam como mulheres, o que nos mostra também a entrada e permanência do público feminino no Ensino Superior.

Com relação à classificação do tipo de surdocegueira, cada surdocego possui características particulares quanto a sua condição, pois a surdocegueira não é passível de uma única definição. Segundo Cader-Nascimento e da Costa (2003, p.63), existem diversas condições que variam de indivíduo para indivíduo. O Gráfico 06 aborda a autoclassificação dos participantes desta pesquisa, de acordo com seus próprios aspectos.

Gráfico 6 – Classificação da Surdocegueira



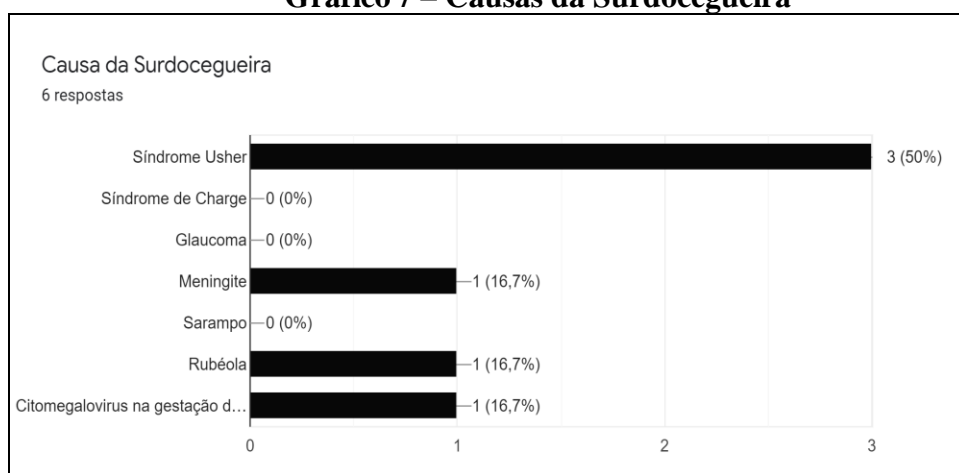
Fonte: Arquivo pessoal

Foi possível perceber que todos os respondentes têm um resíduo visual, sendo notável que o questionário não alcançou os surdocegos que têm 100% da visão acometida. Devemos considerar que somente aqueles que têm algum resíduo de visão puderam respondê-lo de forma autônoma e, assim, informar sobre a acessibilidade aos surdocegos com cegueira total. É importante destacar que indivíduos que possuem algum comprometimento na visão e audição, independente do seu grau, são classificados como surdocegos. De acordo com as informações contidas no site do Instituto Benjamin Constant (2017):

Há pessoas que podem ser totalmente surdas e cegas ou apresentar resíduos auditivos e/ou visuais. O sujeito pode ter cegueira e baixa audição; surdez profunda e baixa visão; baixa visão e audição ou ter cegueira e surdez profundas. Vale ressaltar que, mesmo com a presença de resíduos (auditivo e/ou visual), o indivíduo pode ser considerado uma pessoa com surdocegueira. Isso acontece quando não se consegue compensar a perda visual com o resíduo auditivo, ou o contrário, a perda auditiva com o resíduo visual (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2017).

De acordo com Cruz Silva (2011, p.19), as razões que ocasionam a surdocegueira podem ser variadas – inclusive pré, peri ou pós-natais, o que se comprova no Gráfico 07, que traz informações sobre as causas da surdocegueira dos indivíduos respondentes.

Gráfico 7 – Causas da Surdocegueira



Fonte: Arquivo pessoal

Quanto às causas de surdocegueira dos indivíduos analisados, foi visto que apenas um (01) dos respondentes é surdocego congênito, os demais participantes adquiriram a surdocegueira ao longo da vida. É possível analisar que as causas relatadas na pesquisa são doenças genéticas ou transmissíveis. No caso do indivíduo que nasceu com surdocegueira, foi devido ao Citomegalovírus, contraído por sua mãe durante a gestação.

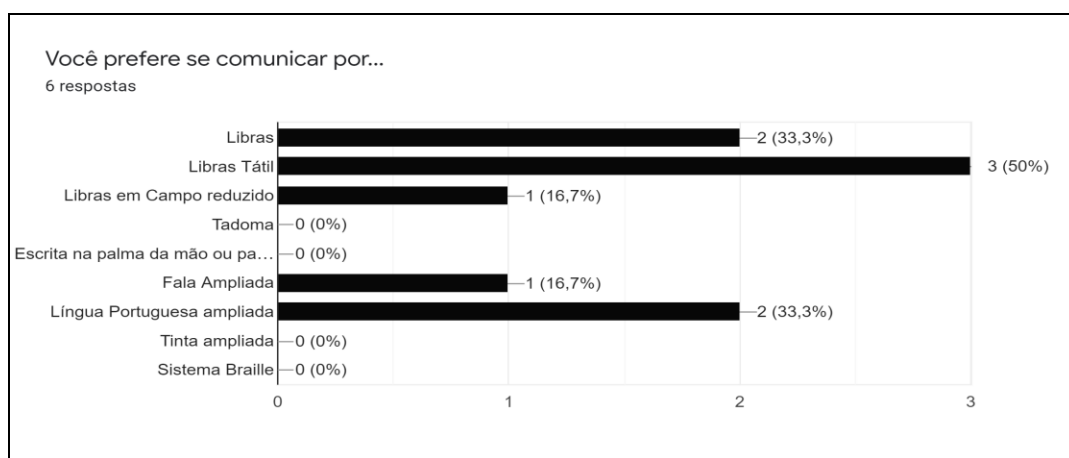
Como exemplo das diferentes causas da surdocegueira, podemos citar Hellen Keller e Maria Francisca, mais conhecida como Chica. No caso de Helen Keller, tornou-se surdocega ainda bebê, quando teve uma alta febre. Seus pais só perceberam a ausência de seus sentidos após algum tempo e, infelizmente, era tarde demais para realizar algum tipo de tratamento. Maria Francisca também ficou cega ainda criança, sendo resultado de alguma anormalidade em seus olhos. A ausência de tratamentos clínicos sucedeu na cegueira total da menina. Algum tempo depois, Chica foi perdendo a audição aos poucos e também não houve nenhum acompanhamento clínico. As fortes dores que sentia resultaram em uma surdez total. No caso de Maria Francisca, não há registro de nenhuma doença específica que sirva como diagnóstico. Em ambos os casos citados, a surdocegueira ocorreu por uma causa pós-natal.

No capítulo I, são informadas as possíveis causas da surdocegueira (Quadro 01). Em relação às causas pré-natais, podem ser classificadas como genéticas ou contraídas.

Quanto às causas contraídas – doenças que são contraídas pela mãe antes ou durante a gestação, existem alguns meios de prevenção, como vacinas imunológicas e uso preservativos durante as relações sexuais. Já para os casos genéticos, não existe métodos que possam impedir que a criança nasça predestinada a surdocegueira, porém existem remédios eficazes no retardo de suas características; ainda assim, tais medicamentos não impedem o seu acontecimento.

Considerando que cada indivíduo surdocego tem suas particularidades, a sua forma de comunicar é ímpar e vai depender de sua escolha, da melhor compreensão e adaptação com a língua, podendo usar mais de uma forma de comunicação. Cader-Nascimento e Costa (2005, p. 57) destacam que a comunicação deverá ser feita a partir da forma que parecer confortável ao surdocego, que seja a mais promissora no seu desenvolvimento e respeite a sua singularidade. As informações contidas no próximo gráfico mostram as preferências dos surdocegos respondentes.

Gráfico 8 – Formas de Comunicação



Fonte: Arquivo pessoal

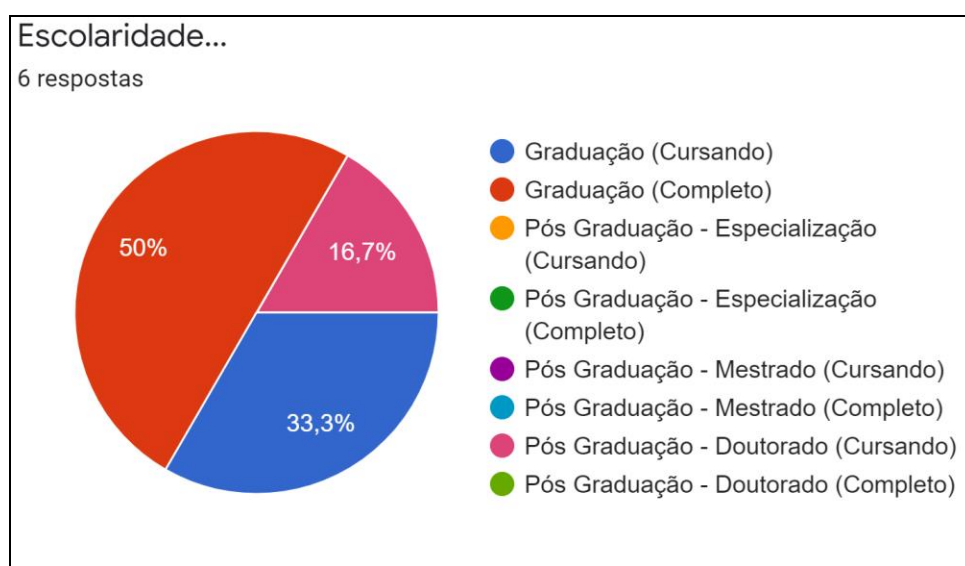
Em relação às formas de comunicação escolhidas, foi possível perceber que todos os indivíduos têm uma boa relação com a língua portuguesa na sua forma escrita, é bom destacar que muitos surdocegos, ainda que estejam no Ensino Superior, não têm a mesma facilidade para compreender e escrever em Língua Portuguesa. Dentre as opções apresentadas no questionário, foram selecionadas: Libras, Libras Tátil, Libras em Campo reduzido, Fala ampliada e Língua Portuguesa Ampliada.

É importante que as universidades se atentem aos meios de comunicação escolhidos por cada indivíduo surdocego, de modo que possa facilitar o processo de ensino/aprendizagem daquele aluno. Essas informações devem ser coletadas logo no ingresso do estudante na instituição, para que se possa tomar as providências necessárias. Vale enfatizar que acessibilidade em todo ambiente de ensino é direito do aluno, inclusive a presença de um intérprete capacitado, garantido no Artigo 60-A da lei 9.394. No caso do aluno surdocego, é necessário também guias-intérpretes.

O interesse pela escolaridade dos respondentes surgiu com o intuito de identificar a quantidade de surdocegos graduados ou em processo de formação, compreendendo que a cada ano, surgem novas leis relacionadas à acessibilidade na educação. Desse modo, além de obrigatório, o acesso e a permanência desses indivíduos deveriam se tornar menos dificultadas. Segundo Freitas e Barqueiro (2014), podemos afirmar que a chegada de pessoas surdocegas no Ensino Superior é bastante recente, “devido às dificuldades enfrentadas por esse público em sua escolarização também no ensino básico, assim como as barreiras existentes no acesso, permanência e conclusão do curso nas instituições de Ensino Superior (FREITAS e BARQUEIRO, 2014, p. 2).”

De acordo com as informações obtidas, obtém-se o seguinte gráfico:

Gráfico 9 – Escolaridade



Fonte: Arquivo pessoal

O Gráfico 9 nos mostra que metade do grupo analisado já possui graduação ou Ensino Superior completo – totalizando três (03) pessoas, dois (02) cursando graduação e um (01) cursando doutorado. Podemos constatar que é possível que o surdocego alcance com êxito todos os níveis escolares, inclusive a pós-graduação na modalidade *stricto sensu*. Pode-se notar que os números são baixos e vão decrescendo a cada nível de especialização. Essa queda pode ser justificada pela precariedade da oferta de educação acessível. Também existe a possibilidade de o indivíduo ter optado por não fornecer seus dados para pesquisas acadêmicas.

A pergunta sobre o curso escolhido pelo respondente tem como finalidade conhecer as áreas de acadêmicas nas quais os surdocegos têm ingressado e que, futuramente, serão suas áreas de atuação profissional. Foi observado que buscam estar presentes somente nos campos relacionados à Educação ou se visam atuar nas demais ciências – sociais, contábeis, jurídicas, tecnológicas, entre outras. O quadro abaixo mostra com as respostas dos participantes.

Quadro 3 – Curso Escolhido

Qual seu último curso?
6 respostas
Matematica
CURSO DE PEDAGOGIA BILÍNGUE
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Letras Libras
Web Design
Libras/Português como L2

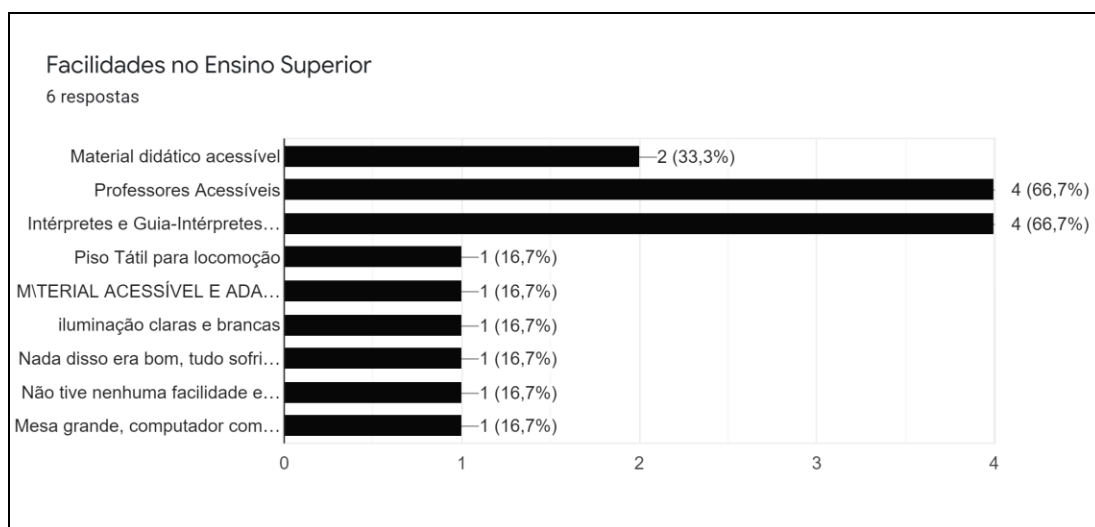
Fonte: Arquivo pessoal

Existe um senso comum de que surdos tendem a seguir para cursos voltados à temática da educação bilíngue, tais como Pedagogia em âmbito bilíngue e Letras/Libras. Entretanto, de acordo como os dados analisados, foi visto que, dos seis (06) respondentes, metade (03) realmente escolheram cursos bilíngues e outra metade (03) para cursos mais específicos de outras áreas visuais.

De acordo com a pesquisa de Esdras e Galasso (2017), 40% dos surdocegos presentes em cursos de graduação, optaram por cursos de licenciatura – Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras e Educação Física, enquanto os demais, 60%, escolheram cursos de bacharelado – Administração, Engenharia, Direito, Ciências Contábeis, Ciências da Computação e Comunicação Social. Podemos, então, refutar, a partir do nosso retorno, a ideia deste senso comum e confiar nos dados coletados nesta pesquisa.

Foi elaborada uma pergunta para saber quais facilidades o surdocego tem/teve durante o seu período de graduação, podendo ser analisada na perspectiva do curso que escolheu. O objetivo da pergunta era compreender se a instituição onde o indivíduo estava matriculado promovia condições adequadas para o andamento do seu curso. O próximo gráfico contém as informações relacionadas aos atos da universidade para o melhor acesso do surdocego.

Gráfico 10 – Facilidades no Ensino Superior



Fonte: Arquivo pessoal

É possível perceber que os surdocegos tiveram acesso ao que podia ser oferecido de maneira simples e com baixo custo, como iluminações claras e brancas e mesas grandes com computadores com telas grandes e letras ampliadas. Porém, foram coletados relatos de indivíduos que, mesmo contando com as acessibilidades propostas, esbarravam em algumas barreiras, afirmando, como se pode verificar a seguir:

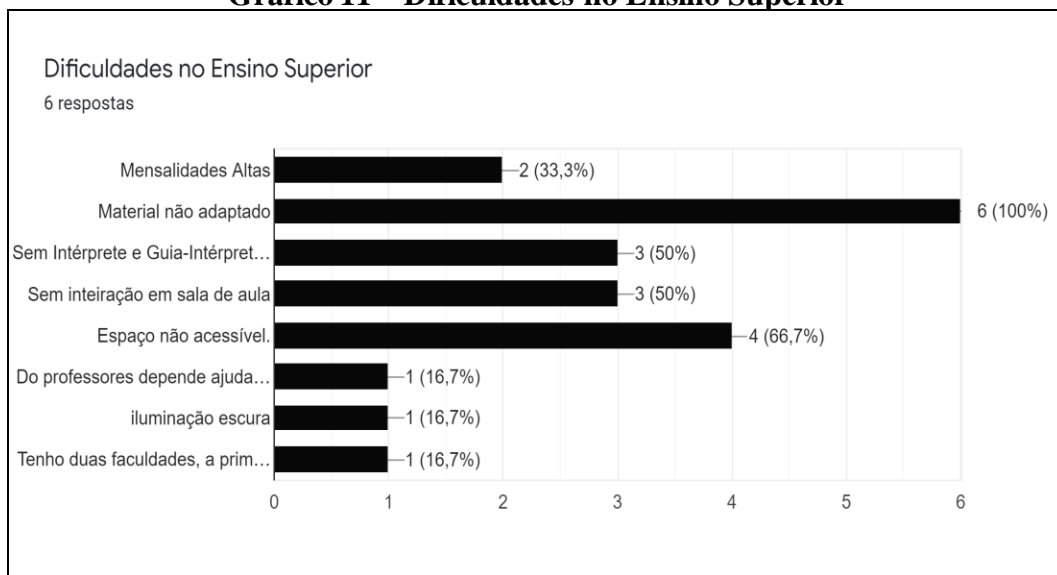
“Nada disso era bom, tudo sofrido e mendigado.” Respondente C

“Não tive nenhuma facilidade em termos de acessibilidade.” Respondente E

Freitas e Barqueiro (2017, p. 5), reiteram que o processo de inclusão das pessoas com deficiência vai além da extinção das dificuldades enfrentadas por eles, mas também aborda a singularidade de cada corpo. Em relação ao Ensino Superior, os autores reforçam que as instituições devem promover a equidade quanto ao acesso desses indivíduos, desde a provisão de vagas até o atendimento adequado e especializado em todos os ambientes, além de ações que visem à permanência e conclusão com qualidade dos cursos de nível superior, independentemente do curso escolhido.

Em relação às dificuldades enfrentadas por esses alunos, a finalidade da questão era conhecer os maiores obstáculos vivenciados durante a sua vida acadêmica, pressupondo-se que nem todas as instituições estão preparadas para receber esses indivíduos. Essa coleta de informações se fez de extrema importância, cujos dados obtidos revelam as experiências de cada um. O seguinte gráfico aborda parte destas adversidades.

Gráfico 11 – Dificuldades no Ensino Superior



Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com os participantes, dois (02) dos indivíduos tiveram dificuldades com altas mensalidades. É possível notar que, mesmo em ambiente privado, a acessibilidade não estava de acordo com a necessidade do aluno, podendo nos levar à constatação de que o espaço não é acessível, por questões profissionais e pedagógicas. Metade (03) dos participantes não possuem interação em sala de aula, o que dificulta o relacionamento

social e colaboração para atividades solicitadas pelo professor. É de extrema relevância perceber que todos os respondentes se queixaram da ausência de material didático adequado para uso em sala de aula. Existem também outras dificuldades relatadas por eles:

“Dos professores depende ajudar não pra tradução pra surdos, se for professor sabe tudo ajudar sim por duvida explicação e tradução” Respondente B

“iluminação escura” Respondente C

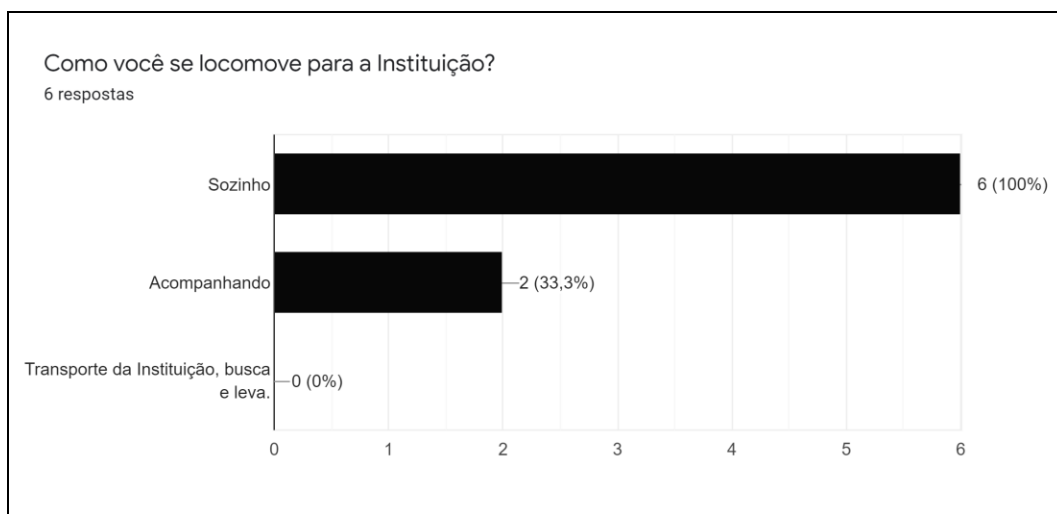
“Tenho duas faculdades, a primeira Letras-Inglês. Nessa não tinha nada, apenas o apoio dos colegas e de alguns professores. Na segunda (Letras Libras) foi mais fácil porque tinha outra colega surdocega em situação mais severa do que a minha e como para ela tinha adaptação eu também fui contemplado.” Respondente A

Vale ressaltar que umas das frases acima se encontra fora da gramática padrão, por tratar-se de um relato de um indivíduo surdocego, que tem a Língua Portuguesa como L2, sendo, pois, a Língua de Sinais sua primeira forma de comunicação a ser desenvolvida por esse respondente, de maneira visual espacial ou tátil. Neste caso, a Língua Portuguesa é considerada sua língua secundária e tem seu uso direcionado apenas para escrita e leitura – podendo ser executada de forma precária.

É possível observar que as dificuldades enfrentadas por esses surdocegos também estão presentes nas interações entre o indivíduo e os demais colegas de turma. O levantamento bibliográfico deste trabalho mostrou que existem leis que respaldam a permanência de qualidade e de forma efetiva, mas, no período de pandemia, pode-se constatar que houve oposições nesse processo. Os obstáculos que surgiram e as adaptações que os indivíduos precisaram vivenciar podem ter dificultado seus estudos nesse momento.

Nota-se que existe uma divergência nas respostas dos Gráficos 10 e 11, onde os respondentes afirmam primeiramente que existem materiais adaptados e, no posterior, que há uma dificuldade em encontrá-los. Essas respostas podem ser justificadas pensando na singularidade de cada docente; alguns, trabalham com um material que seja acessível aos alunos surdocegos, outros utilizam um material que não se adapta às necessidades desses estudantes.

Os respondentes foram questionados sobre a maneira de locomoção até a Instituição de Ensino, a fim de compreender um pouco de seu trajeto diário. Dependendo do grau de surdocegueira do indivíduo, ele tem necessidade de um Guia para direcioná-lo. Vejamos o Gráfico 12 a seguir:

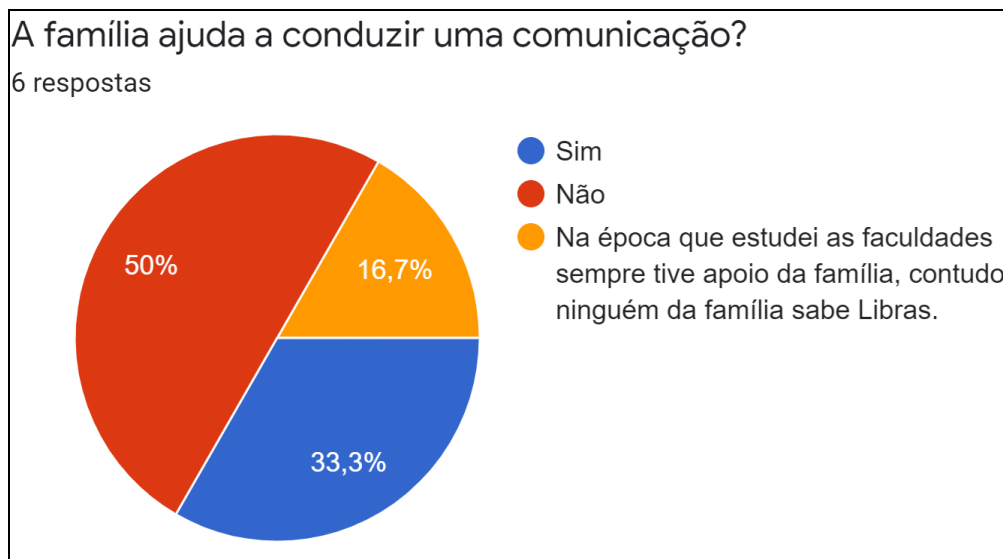
Gráfico 12 – Locomoção do surdocego

Fonte: Arquivo pessoal

Os dados revelam que todos os respondentes se locomovem sozinhos, mesmo assim ainda há a presença de alguém ou guia para acompanhá-los em momentos específicos; seja para levá-los até algum transporte ou em trajetos alternativos até a instituição. Foi possível observar que a Instituição não promove nenhum tipo de acesso por locomoção. A autonomia do sujeito está atrelada ao seu grau de visão e dos ambientes a que está habituado a se direcionar. Os dois (02) indivíduos que têm o acompanhamento estão inseridos no grupo maior dos seis (06) que também se locomovem sozinhos. Esses dois (02) indivíduos devem sair acompanhados em momentos específicos, como para lugares nunca ido antes ou em dias escuros e à noite, pois o grau de visão baixo, como já constatado na pesquisa, gera dificuldade de locomoção e até mesmo risco de segurança. Essa questão pode ser explicada pela perspectiva de Batista (2021, p. 86) de que quanto maior a interação Família – Instituição, maior a possibilidade do desenvolvimento da autonomia do surdocego.

A próxima pergunta tem relação com o contexto familiar do surdocego, buscando compreender se a família se relaciona com o indivíduo através do seu modo escolhido para se comunicar, se há comunicação entre ele e terceiros por meio da família, podendo auxiliá-lo em suas necessidades. O Gráfico 13 contempla as respostas dos participantes.

Gráfico 13 – Relação surdocego, família e sociedade



Fonte: Arquivo pessoal

Foi possível constatar que a família de metade (03) dos indivíduos respondentes não tem participação alguma em sua forma de comunicação com terceiros. Dois (02) dos indivíduos têm algum familiar como mediador para a sua comunicação, mas não se sabe ao certo se é feita de forma integral e compreensível para ambas as partes. Observou-se também que um (01) dos participantes possui uma família que o apoiava, mas não se comunicava com ele por meio da Língua Brasileira de Sinais.

É importante ratificar que a colaboração da família em comunicar-se seja com a Instituição de Ensino ou com a comunidade, segundo Batista (2021, p. 87), o que traz benefícios para todos os envolvidos e contribui para a redução das dificuldades enfrentadas por esse surdocego.

Vale notar que os indivíduos surdocegos, como qualquer cidadão, têm leis que os resguardam em seu acesso e asseguram seus direitos de estarem presentes de forma efetiva no Ensino Superior. Ao longo da análise bibliográfica, foi observado que cada estudante surdocego é singular e necessita de um olhar individual, que contemple suas particularidades e o auxilie no seu pleno desenvolvimento. Na pesquisa feita através do questionário, percebemos que a maior queixa dos participantes é que não é oferecida uma acessibilidade adequada para sua especificidade e isso gera uma dificuldade em sua Instituição de Ensino, seja ela pública ou privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal desta pesquisa foi refletir sobre o acesso e permanência de alunos surdocegos no Ensino Superior. Para isso, foi apresentada e discutida a definição de surdocegueira, suas causas e meios passíveis de comunicação. É visto que a surdocegueira é uma deficiência única, não a junção de cegueira e surdez; com isso, há diversos graus e formas de comunicação, de modo que nem todos os surdocegos necessitam rigorosamente dominar com proficiência de um ouvinte a Língua Portuguesa, apesar de sua importância no cenário de vida por ser brasileiro.

Foi observado que a relação da família com o indivíduo surdocego é primordial para estabelecer modelo social de comunicação; às vezes, há uma barreira comunicacional entre os familiares e o sujeito, impedindo que relacionamentos sejam estabelecidos. Na história, como foi relatado, existem surdocegos que conquistaram grande destaque em seu desenvolvimento devido à parceria de sua família e o apoio. Temos o exemplo de Helen Keller, que se tornou uma grande referência na área da surdocegueira por sua relevância em vida.

Visto que foram abordados diversos parâmetros legais que respaldam o acesso do surdocego, é notório o descumprimento e a negligência em relação às leis e aos decretos estabelecidos. De acordo com as pesquisas feitas, houve um grande número de reclamações sobre a falta de acessibilidade oferecida pelas Instituições de Ensino Superior, nas áreas de uso comum, impossibilitando acesso adequado dos surdocegos, assim como a existência de professores sem didática/conhecimentos adequados para o atendimento ao aluno com surdocegueira.

A acessibilidade não se refere somente à arquitetura do ambiente, mas também no acesso, permanência e atitudes de todo o público com o qual o surdocego convive. A lei mais recente sobre acessibilidade é de 2021, Lei nº 14.191/2021, que respalda o surdocego em sua língua de instrução, material didático adequado e profissionais capacitados para atendê-lo. Tal amparo legal foi promulgado em período pandêmico, mas não deveria ser necessário aguardar a normatização das atividades acadêmicas para que seu desempenho seja avaliado e as normas implantadas.

A pesquisa foi cunho bibliográfico, documental e de campo, sendo necessário para seu desenvolvimento estudar autores que tratassem sobre surdocegueira, surdocego no Ensino Superior, acessibilidade e inclusão. Foram encontradas algumas teses e dissertações que pareciam dominar os assuntos pesquisados, mas na leitura de seu resumo, observou-se que o decorrer daquele trabalho não era coerente com o tema desta pesquisa. Sendo assim, as literaturas utilizadas neste trabalho foram analisadas com bastante atenção e parte delas foram recomendadas de outros autores. Os autores Cader-Nascimento e da Costa, Falkoski e Maia foram primordiais para a evolução deste trabalho, visto que são pesquisadores com reconhecimento acadêmico, experiência e propriedade na área da surdocegueira.

Um dos livros utilizados como base desta pesquisa foi o “Panorama da Educação de Surdos no Brasil”, que relata uma pesquisa dados feita entre 2010 e 2015, trazendo dados concretos sobre a educação de surdos e surdocegos no Brasil. É possível notar no campo da surdocegueira, que existe um baixo número de surdocegos no mundo acadêmico. Novamente, em 2019, foi feito um censo pelo INEP, no qual também foi constatada a minoria de pessoas com surdocegueira no Ensino Superior.

Durante a pesquisa, foi realizado por e-mail contato com muitas Instituições de Ensino Superior, a fim de coletar mais informações sobre os alunos surdocegos matriculados e como procedem em sua metodologia de ensino, mas, infelizmente, não foi obtido nenhum retorno, o que reforçou a ideia da elaboração de um questionário eletrônico para que os alunos surdocegos pudessem responder e esclarecer algumas das inquietações e questões levantadas neste trabalho. Assim se chegou em um consenso: a acessibilidade para esses sujeitos é precária e/ou quase não existe, podendo, assim, causar o seu abandono ou evasão da academia.

Tenho a pretensão de seguir carreira acadêmica e realizar mais pesquisas sobre a surdocegueira, de modo a fazer uma conscientização em massa, alertando que as mínimas atitudes e ações fazem a diferença e que, aos poucos, podemos dar início a uma sociedade mais acessível e inclusiva – com o objetivo de oferecer uma vida mais digna a esses cidadãos.

Por isso, neste trabalho, não há um ponto final, mas reticências na esperança de que esta pesquisa possa contribuir para os futuros acadêmicos interessados no tema.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE. **A emocionante história da Chica**. Belo Horizonte / MG, p. 5 a 16 out. 2012. Disponível em: <https://aclouisbraille.wordpress.com/2012/10/16/a-emocionante-historia-da-chica/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BATISTA, Adryana Kleyde Henrique Sales. **Currículo funcional no contexto da surdocegueira**. 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2021. 139 p. ISBN 978-65-5820-867-9.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 25 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. 17 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. **Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). 2014. 180 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/828/1/mmmm.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 19 dez. 2000. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 22 jul. 2021

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. 1 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 20 jul. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 28 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. 3 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. MEC lança **Proposta de Currículo para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos**. 1 jul. 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-proposta-de-curriculo-para-o-ensino-de-portugues-escrito-como-segunda-lingua-para-estudantes-surdos>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Equipe da Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: 2008. 19p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação** – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. 7 nov. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CADER-NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel; COSTA, Maria da Piedade Resende da. **Mediação pedagógica no processo de desenvolvimento da comunicação em crianças surdocegas**. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, ano 2, v. 11, dez. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2003000200002. Acesso em: 29 ago. 2021.

CADER-NASCIMENTO, Fatima Ali Abdalah Abdel; DA COSTA, Maria da Piedade Resende da Costa. **Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação**. 2005. Reimpressão, São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007. 78p. ISBN 978-85-7600-051-8

CANUTO, Beatriz Santanna; SANTANA JUNIOR, Carlos Alberto; ARAÚJO, Hélio Fonseca de; LOURENÇO, Katia Regina Conrad. **Prática de Interpretação tátil e**

comunicação háptica para pessoas com surdocegueira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2019. 144 p. ISBN 978-65-9901-158-0.

CRISTIANO, Almir. Escritora, **conferencista e ativista social.** In: Helen Keller. [S. l.], 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.libras.com.br/surdos-famosos-helen-keller>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CRUZ SILVA, Ângela Maria da, **O Sentir dos Sentidos: A Surdocegueira em Questão.** (Dissertação) Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Educação Especial - Escola Superior De Educação De Paula Frassinetti – Portugal, 2011. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/738/2/TM-%20ESEPF%20angelasilva.pdf>. Acesso em: 05 Ago 2021.

DEAFBLIND INTERNATIONAL. **Association for the Deafblind.** 1985. Disponível em: <https://www.deafblindinternational.org/about-us/history/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

DECLARAÇÃO de **Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2 ed. Brasília: CORDE, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ESDRAS, Dirceu; GALASSO, Bruno. **Panorama da Educação de Surdos no Brasil: Ensino Superior.** 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2017. 499, [3] p. ISBN 978-85-63240-10-1.

FALKOSKI, Fernanda Cristina; MAIA, Shirley Rodrigues. **Surdocegueira congênita: Comunicação com o uso de recursos de comunicação alternativa.** 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2020. 142 p. ISBN 978-65-5868-145-8.

FREITAS, Meirielen Aparecida Gomes; BAQUEIRO, Dícíola Figueiredo Andrade. **Políticas públicas e as pessoas com deficiências no ensino superior no contexto brasileiro.** VIII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 6 a 8 de dezembro de 2014, Salvador, Brasil: Anais [Recurso Eletrônico – CD] Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação – Salvador, BA, 2014. Disponível em: http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/politicas_publicas_e_as_pessoas_com_deficiencia_no_ensino_superior_no_contexto_brasileiro_-_marielen_freitas_e_diciola_barreto.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002. 176 p. ISBN 85-224-3169-8.

IBC, Instituto Benjamin Constant. **Conceituando a Surdocegueira**. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/paas/308-conceituando-a-surdocegueira>. Acesso em: 19 nov. 2021

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019** [recurso eletrônico] – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. 120 p. : il. ISBN 978-65-5801-023-4. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

LAGATI, S. **“Deaf-Blind” or “Deafblind” International Perspectives on Terminology**. *Journal of Visual Impairment & Blindness*. 1995 May-Jun- Tradução Laura Lebre Ancilotto – Projeto Ahimsa/Hilton Perkins, 2002. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1655814/surdocego-ou-surdo-cego-%E2%80%93-h%C3%ADfen-na-terminologia>. Acesso em: 21 jul. 2021.

LEITE, Flávia Piva Almeida. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência: Amplitude Conceitual. **RDB - Revista de Direito Brasileira**, Passo Fundo, RS, v. 3, n. 2, p. 31 – 53, Jul./Dez 2012. DOI 10.5585/rdb.v3i2.29. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2654>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MCINNES, J. M. Deaf blindness: a unique disability. *In*: MCINNES, J. M. **A guide to planning and support for individuals who are deal blind**. Canada: University of Toronto Press Incorporated, 1998. 586 p. ISBN 978-14-4267-034-1.

MOREIRA, Walter. **Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção**. Janus, Lorena, ano 1, v. 1, n. 1, ed. 1, 2º semestre 2004. Disponível em: https://portais.ufg.br/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient__fico.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

OLIVEIRA, Antônia Soares Silveira. **Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão na UNIMONTES**. (Tese) Doutorado em Educação - São Carlos: UFSCar, 2011. 174f. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2876/3464.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 21 jul 2021.

PAULINO, Vanessa Cristina. **Caracterização, comunicação e o letramento dos estudantes surdocegos**. EdUFSCar – Editora da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, v. 1, n. 1, p. 114-138, 2018. Disponível em: http://www.cleesp.ufscar.br/arquivos/Ledef_Letramento_eBook.pdf#page=115. Acesso em: 20 ago. 2021.

SOUZA, Marcia Maurílio; MAIA, Shirley Rodrigues. Como se dá o Processo de Letramento / Alfabetização da Criança com Surdocegueira. **V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**: Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR. p. 8, 2009. ISSN 2175960X. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/114.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

VILLAS BOAS, Denise C.; FERREIRA, Léslie P.; MOURA, Maria Cecília de; MAIA, Shirley R. **A comunicação de pessoas com surdocegueira e a atuação fonoaudiológica**. *Distúrb Comun*, São Paulo, SP, p. 407-414, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/13157/9691>. Acesso em: 26 ago. 2021.